



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
ESCOLA DE ARQUIVOLOGIA

MARTINA BENASSI

ARQUIVO E REPRESENTATIVIDADE: UMA PESQUISA ATRAVÉS DOS
ACERVOS DE MULHERES NO ARQUIVO NACIONAL

Rio de Janeiro
2017

MARTINA BENASSI

ARQUIVO E REPRESENTATIVIDADE: UMA PESQUISA ATRAVÉS DOS
ACERVOS DE MULHERES NO ARQUIVO NACIONAL

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Escola de Arquivologia, como requisito parcial para
obtenção do Grau de Bacharel em Arquivologia.
Orientadora: Prof.^a M.^a Patricia Ladeira Penna
Macêdo

Rio de Janeiro
2017

Benassi, Martina

B456 Arquivo e representatividade: uma pesquisa através dos acervos de mulheres no Arquivo Nacional. / Martina Benassi. -- Rio de Janeiro, 2017. 62

Orientador: Patricia Ladeira Penna Macêdo.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro,
Graduação em Arquivologia, 2017.

1. Arquivologia. 2. Arquivos Pessoais. 3. Feminismo. 4. Memória. 5. Justiça Social. I. Ladeira Penna Macêdo, Patricia, orient. II. Título.

MARTINA BENASSI

ARQUIVO E REPRESENTATIVIDADE: UMA PESQUISA ATRAVÉS DOS
ACERVOS DE MULHERES NO ARQUIVO NACIONAL

Trabalho de conclusão de cursos apresentado à
Escola de Arquivologia, como requisito parcial para
obtenção do Grau de Bacharel em Arquivologia.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a M.^a Patricia Ladeira Penna Macêdo

Prof. Dr. Flavio Leal da Silva

Prof. Dr. João Marcus Figueiredo Assis

AGRADECIMENTOS

Agradeço, com todo meu coração e com o maior dos sorrisos:
à Janete, por tantas palavras amorosas e carinho incondicional que tem me oferecido durante todos esses anos;
ao Paulo, por tanto ter me ajudado a construir a ponte que me trouxe até aqui;
à Fernanda, Livia e Letizia por todo amor e auxílio;
ao Lucas Botti pelo carinho, pelas palavras otimistas e por permanecer ao meu lado;
ao Todd e ao Bart pela companhia diária e amor infinito;
ao Gustavo, Gabriella e Marcella por me acompanharem em tantas fases diferentes da minha vida, sempre me ajudando e acreditando no meu potencial;
à Rafaella, minha conselheira e amiga que o universo colocou na minha vida;
ao Lucas Agra, a melhor companhia pra um domingo à noite;
à Marcela, Nathalia, Ester, Rebecca, Lucas Cuba e Manuela por levarem luz a dias que foram, muitas vezes, extremamente difíceis;
à Vanessa, minha irmã de alma;
ao Igor, minha dupla dinâmica para fazer os trabalhos na véspera da entrega;
à Patricia Penna e Camilla, pessoas que, de última hora, me apresentaram o caminho o qual pretendo seguir na minha vida profissional;
e aos professores João Marcus e Flavio por prontamente demonstrarem interesse em ler meu trabalho de conclusão de curso.

Muito obrigada a todos mais uma vez.

“As mulheres não são passivas nem submissas. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. Na cidade, na própria fábrica, elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência - à hierarquia, à disciplina - que derrotam a racionalidade do poder, enxertadas sobre seu uso próprio do tempo e do espaço. Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra. Uma outra história.”

(Michelle Perrot)

RESUMO

Pretende-se nesta pesquisa abordar a questão da representatividade feminina registrada em arquivos pessoais, tendo como foco os fundos de arquivos privados produzidos por mulheres custodiados pelo Arquivo Nacional. A instituição possui 305 conjuntos documentais privados sob sua guarda, dos quais apenas 26 são de mulheres. Sabendo que a história, muitas vezes, atribui papéis secundários e inferiores às mulheres em sua narrativa, é fundamental que se discuta a representação da trajetória feminina nos arquivos e o que pode ser feito para que este espaço venha a se tornar um local de valorização e representatividade dessas memórias em alguns momentos silenciadas e marginalizadas. A pretensão do trabalho é trazer as questões de gênero, feminismo, memória e justiça social para dentro dos arquivos, a fim de preservar e dar visibilidade à atuação de mulheres que foram fundamentais para a construção da sociedade.

Palavras-chave: Arquivologia. Arquivos Pessoais. Feminismo. Memória. Justiça Social.

ABSTRACT

The aim of this research is to address the issue of female representativity registered in personal archives, focusing on the private archival funds produced by women guarded by Arquivo Nacional. The institution has 305 private documentary records under its custody, of which only 26 are women. Knowing that history often assigns secondary and inferior roles to women in its narrative, it is fundamental to discuss the representation of the female trajectory in the archives and what can be done so that this space will become a place of valorization and representation of these memories in some silenced and marginalized moments. The pretension of the work is to bring the issues of gender, feminism, memory and social justice into the archives, in order to preserve and give visibility to the work of women who were fundamental for the construction of society.

Keywords: Archivology. Personal archives. Feminism. Memory. Social justice.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AN	Arquivo Nacional
ASCOM	Assessoria de Comunicação Social
CODAC	Coordenação de documentos audiovisuais e cartográficos
CODES	Coordenação de documentos escritos
COPAC	Coordenação de preservação do acervo
COPED	Coordenação de pesquisa para difusão do acervo
COPRA	Coordenação geral de processamento e preservação do acervo
COREG	Coordenação regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal
FBPF	Fundação Brasileira pelo Progresso Feminino
LGBT	Lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros
MOW	Memória do Mundo (<i>Memory of the World</i>)
PMI	Projeto Mulheres Inspiradoras
SIAN	Sistema de informações do Arquivo Nacional
SINAR	Sistema Nacional de Arquivos
UNESCO	Organização das nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
WCWA	Centro Mundial de Arquivo de Mulheres (<i>World Center for Women's Archive</i>)

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Organograma do Arquivo Nacional.....	29
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Produtores dos arquivos privados custodiados pelo AN.....	30
Gráfico 2: Relação entre o número de recolhimento de fundos de mulheres e seus respectivos anos.....	33
Gráfico 3: Quantidade de arquivos privados de mulheres negras e brancas custodiados pelo AN.....	36
Gráfico 4: Proporção dos fundos organizados e dos identificados.....	46
Gráfico 5: Relação entre o número de acervos organizados e daqueles em regime de comodato.....	47
Gráfico 6: Quantidade de fundos, dossiês e itens recebidos e publicados no banco de dados do Projeto Memórias Reveladas.....	49
Gráfico 7: Quantidade de fundos, dossiês e itens recebidos e não publicados no banco de dados do Projeto Memórias Reveladas.....	49

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Relação dos arquivos privados de mulheres recolhidos pelo AN.....31

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. MEMÓRIA, ARQUIVO E INFLUÊNCIA DE PODER: REFLEXÕES IMPORTANTES PARA O CAMPO DA ARQUIVOLOGIA	17
1.1 MEMÓRIA COMO UMA REALIDADE VOLÁTIL	17
1.2 ARQUIVO COMO AGENTE LEGITIMADOR DA MEMÓRIA	18
1.3 PODER SOBRE OS ARQUIVOS <i>VERSUS</i> JUSTIÇA SOCIAL: UMA QUESTÃO DE REPRESENTATIVIDADE	20
2. OS ARQUIVOS PRIVADOS DE MULHERES NO ARQUIVO NACIONAL	27
2.1 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	27
2.2 PANORAMA DOS DOCUMENTOS DO ARQUIVO NACIONAL	29
2.3 ORGANIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO ACERVO: ARQUIVOS PRIVADOS DE MULHERES	30
3. A TRAJETÓRIA FEMININA E SUA VISIBILIDADE NOS ARQUIVOS: CONSIDERAÇÕES, REFLEXÕES E PROPOSTAS	40
3.1 O MOVIMENTO FEMINISTA	40
3.2 ARQUIVO E A REPRESENTATIVIDADE DE MULHERES	43
3.2.1 Sub-representação feminina nos arquivos	44
3.2.2 As novas demandas de pesquisa: uma reflexão necessária	45
3.2.3 O Arquivo Nacional	47
3.2.4 Questões acerca da ausência de arquivos privados de mulheres nas instituições arquivísticas	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS	58

INTRODUÇÃO

As instituições arquivísticas, especialmente aquelas de dimensão a nível nacional, foram criadas com o objetivo de centralizar os documentos entendidos como importantes para a história, tendo como responsabilidade o tratamento e a manutenção desses registros:

Historicamente, a formação dos arquivos nacionais acompanha com relativa precisão a história da formação dos Estados nacionais... Compreendê-los é compreender a história da formação nacional e identificar os fluxos e dessintonias do Estado moderno... A legislação de arquivos é um ensaio micro-administrativo da realidade político-constitucional de cada nação (FRANCO; BASTOS, 1986, p. 1).

Com isso, sendo os profissionais encarregados de controlarem os documentos custodiados por essas instituições, os arquivistas são levados a acreditar na neutralidade de seu trabalho devido ao fato de que, em muitos casos, o foco se instaura no fazer técnico. Porém esse ponto de vista acaba reforçando as relações de poder existentes nos arquivos, que ainda hoje são vistos como um lugar para a preservação da memória de poucos, corroborando a exclusão social inerente à nossa sociedade. Ou seja, embora as discussões e o interesse acerca dos grupos excluídos venham avançando, ainda prevalece a ausência de seus registros nos arquivos.

Nesse sentido, o presente trabalho visa discutir questões em torno da visibilidade dos arquivos privados, com enfoque nos fundos de titulares mulheres. A necessidade de estudar esse tema advém de que historicamente as mulheres ocuparam um lugar secundário, sendo comum suas biografias estarem associadas às de homens, em geral seus companheiros. Portanto, partindo do princípio histórico, devemos pensar nos grandes acontecimentos, tais como: descobertas, conflitos, conquistas e revoluções, como parte integrante da memória da humanidade. Eventos estes que contaram em muitos casos com a participação de amplo segmento da sociedade, composto por homens e mulheres.

À vista disso, faz-se necessário que não só arquivistas e instituições, mas a sociedade em sua diversidade, reflitam acerca de como as questões sociais, dentre elas a de gênero, estão presentes nos documentos, nos registros, nos arquivos, assim como nas práticas de construção e preservação da memória. A representatividade dessas trajetórias através dos arquivos pessoais, além de

possibilitar que as mulheres percebam seu lugar de protagonismo na história e no mundo, também proporciona que a sociedade se atente ao fato de que elas sempre foram, e continuarão sendo, sujeitos ativos no tecido social.

Por essa razão o presente trabalho visa trazer reflexões para as instituições de guarda e seus profissionais, a fim de destacar a possibilidade de relacionar a questão social com o fazer arquivístico, além da pluralização dos arquivos pessoais.

Para tal, optou-se pela realização de um levantamento acerca dos arquivos pessoais de titulares mulheres, que estão custodiados no setor de arquivos privados do Arquivo Nacional, a fim de problematizar a ideia da representatividade feminina nesse arquivo.

A escolha pelo Arquivo Nacional como campo empírico da pesquisa deu-se em virtude deste ser o órgão central e máximo no que tange os arquivos no Brasil. Os arquivos privados da instituição abarcam o período do século XVII até os dias atuais, e foram produzidos por personalidades brasileiras, como políticos, artistas e intelectuais, ou ainda por instituições, como forma de preservar a memória nacional. Nesse sentido, a pesquisa acerca dos arquivos privados de mulheres foi feita baseada nessa informação retirada do *site* da instituição. Para levantar os dados necessários, foi preciso acessar o Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)¹. Assim como foram realizadas visitas periódicas a instituição, para melhor conhecimento do acervo e dos profissionais responsáveis pela sua guarda.

Visando atingir a finalidade da proposta, apresentaremos, de forma sumária, estudos teóricos sobre arquivos pessoais, memória, justiça social e história das mulheres. Assim, objetivamos, durante a análise do levantamento dos dados quantitativos e informativos sobre os acervos de mulheres que estão sob a custódia do Arquivo Nacional, provocar questionamentos e pensar em soluções relativas ao silenciamento da trajetória feminina nos arquivos pessoais e nas instituições de preservação da memória.

¹ O Sistema de Informações do Arquivo Nacional - SIAN é o principal meio de acesso às informações relacionadas ao acervo custodiado pelo Arquivo Nacional. Dois módulos de SIAN acham-se disponíveis ao público: Fundos e Coleções e Mapa. O primeiro oferece a possibilidade de explorar a potencialidade do acervo custodiado pela instituição em até cinco níveis de detalhamento (níveis de descrição). Trata-se de papéis, mapas, plantas, filmes, vídeos, discos, fitas, documentos nato-digitais, fotografias, cartazes, desenhos e objetos etc., apresentados sob a aplicação da metodologia da descrição multinível. Já o segundo é decorrente de atividade contínua de pesquisa e monitoramento da administração pública federal, que oferece a sistematização de atos legais (entre leis, decretos e portarias) que criaram, extinguiram, transformaram, organizaram e reorganizaram a estrutura e o funcionamento de órgãos da administração colonial, da administração central e da administração pública federal do século XVI ao XX.

Dessa forma, levando em conta as contribuições das mulheres às mais diversas formas de conhecimento na sociedade, o objetivo principal deste estudo é trazer as questões de gênero para dentro dos arquivos e para a área da Arquivologia, de forma a estimular o interesse e a preservação de arquivos que contemplem suas trajetórias.

1. MEMÓRIA, ARQUIVO E INFLUÊNCIA DE PODER: REFLEXÕES IMPORTANTES PARA O CAMPO DA ARQUIVOLOGIA

Ao percorrer o folheto de divulgação da Biblioteca Maria Beatriz do Nascimento² — a biblioteca do Arquivo Nacional, logo na primeira página, é possível encontrar um enunciado que reconhece a referida instituição como um órgão responsável por ser o ‘guardião da memória nacional’. Essa afirmação, em um primeiro momento, configura uma definição de fácil compreensão. Entretanto é interessante que se faça o seguinte questionamento: O que seria a memória nacional?

1.1 MEMÓRIA COMO UMA REALIDADE VOLÁTIL

Partindo do princípio mais básico da definição de memória, Maurice Halbwachs (2013, p. 91) entende que esta abrange “todo o contexto no qual o sujeito está envolto”, o que, de certa forma, contribui na reconstrução dos vestígios de um determinado momento. O autor afirma que a memória deve ser compreendida como um fenômeno coletivo e social que, ao ser construída coletivamente, está suscetível a diversas transformações.

Assim, entende-se que a memória sofre influência direta das circunstâncias vivenciadas por um grupo comum, é fundamental que haja certa concordância no que diz respeito às informações que serão recordadas ou esquecidas pelos membros que integram essa coletividade. Michael Pollak (1992, p. 4) reconhece que tudo aquilo que é gravado e excluído das lembranças de um indivíduo é resultado de um trabalho de organização, sendo este modo de ‘construção’ algo realizado de forma consciente ou não. Dessa forma, é possível que ocorram alterações intencionais daquelas histórias que são registradas em documentos, afinal, estas estão suscetíveis a modificações individuais. Este fato se justifica pela colocação de Pollak (1992, p. 10), o qual afirma que “(...) entre o ‘falso’ e o ‘verdadeiro’, entre aquilo que o relato tem de mais solidificado e de mais variável, podemos encontrar aquilo que é mais importante para a pessoa”. Nesse sentido, sendo a memória

² ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Folheto de divulgação da Biblioteca Maria Beatriz do Nascimento**. Rio de Janeiro, 2016.

composta por personagens, locais e eventos, ela permite que, no decorrer do tempo, perdurem lembranças tanto daquilo que foi vivenciado quanto daquilo que nunca o foi. Ou seja, é comum que um indivíduo entenda como sua, tanto a memória referente a acontecimentos vividos pessoalmente como aqueles vivenciados pelo grupo ao qual se sente pertencente.

A partir disso, percebemos que a memória, de maneira geral, é um fenômeno estruturado socialmente. De acordo com Halbwachs (2013, p. 100), ao pensarmos na memória enquanto fenômeno coletivo, os fatos que ganham maior destaque e “ocupam ‘maior’ lugar na memória da sociedade” constituem o que ele denomina como memória histórica. Portanto, os acontecimentos que são narrados a fim de dar forma à história de determinada pessoa, local ou evento acabam passando por aquilo que o autor entende como um processo de seleção, sendo classificados de acordo com as regras previamente impostas ao grupo que vivenciou ou se identifica com aqueles. Ainda, Halbwachs (2013, p. 100) afirma que estas regras foram criadas conforme o desenvolvimento da sociedade, uma vez que os homens seriam ‘repositórios vivos’.

Nesse sentido, as informações serão mantidas para a posteridade ou omitidas perante a história dependendo de especificações preliminares já acordadas entre os indivíduos os quais essas referências de passado dizem respeito. Essa situação pode ser comparada à realidade dos arquivos no que toca à seleção de documentos, dado que é necessário se utilizar de certas regras nesse momento do trabalho arquivístico.

1.2 ARQUIVO COMO AGENTE LEGITIMADOR DA MEMÓRIA

Diante de um processo ocorrido ao longo do tempo, devido a diversos fatores como a ocasião da Revolução Francesa, os arquivos acabaram tomando o lugar de legitimidade histórica em contraposição à memória oral. Assim, os arquivos, na lógica burocrática dos Estados Modernos, entre tantas finalidades, ‘substituíram’ o homem em seu papel de repositório de informações. Esta necessidade de lembranças, relatos e informações que passaram a ser preservados através da formalidade de seus registros escritos é brevemente justificada por Alcenir Reis, Claudia Ribas e Maria Aparecida Moura (2007, p.2). Os autores entendem que,

diante do avanço das tecnologias e da sociedade como um todo, surgiu a necessidade das informações alcançarem as pessoas em escalas cada vez maiores:

(...) no âmbito das sociedades marcadas pela oralidade, estas produziam e difundiam suas mensagens discursivas em um mesmo contexto, o que lhes propiciava participação na disseminação, recepção e reverberação da informação produzida coletivamente. A tecnologia da escrita e, posteriormente, da imprensa, permitiu maior alcance das mensagens discursivas; entretanto estas exigiram (...) reiteradas tentativas de fixação dos sentidos e implementação de uma estrutura universal, com pretensão totalizante (MOURA; REIS; RIBAS, 2007, p.2).

Dessa forma, a escrita foi percebida como uma maneira viável de acompanhar tamanha urgência, diferentemente da disseminação oral de informações. De acordo com David Lowenthal (2006, p. 194, tradução nossa), a origem dos arquivos se deu devido à necessidade de controle dos proprietários de terras e legisladores no que tange aos direitos certificados de terra, trabalho, rendas e produção. Para o autor, “o registro nos arquivos foi confinada às elites principescas e sacerdotais”. Diante disso, resulta o arquivo tal como se conhece atualmente, podendo aqui ser entendido tanto como um conjunto de documentos produzidos por instituições e pessoas no desempenho de suas atividades, como a instituição que custodia, preserva e dá acesso a esses documentos³.

Em todo caso, sendo o arquivo um registro escrito da memória, representativa de um grupo social específico, e as instituições arquivísticas as guardiãs desta, Andrew Flinn, David Wallace e Wendy Duff (2013, p. 4, tradução nossa) também entendem que a perspectiva de arquivo para ‘reescrever’ o passado pode manifestar uma realidade ou apenas uma ilusão. Os autores percebem que o arquivo pode influenciar e produzir diferentes pontos de vista sobre certos assuntos, “seja ao demonstrar os progressos sociais e evoluções através do tempo, como para mascarar injustiças através do controle de registros se utilizando de sensibilidade, confidencialidade, privacidade, segurança, segredo e classificação”.

Posto isso, cabe refletir a respeito de quais memórias individuais e coletivas vêm sendo preservadas pelas instituições de guarda, sobre quem são os responsáveis por aquilo que será transmitido e acolhido como a história da sociedade e qual seria a influência dos e nos arquivistas sobre os critérios de seleção do que será preservado. Tais reflexões são fundamentais porque, por mais que a sociedade se desenvolva através de acontecimentos significativos e

³ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p.

interações entre os mais diversos grupos sociais, muitos desses eventos, ao serem registrados, não mencionam a atuação das minorias. Esses grupos estão geralmente associados a condições sociais mais frágeis, como os negros, as mulheres, os indígenas, a comunidade LGBT⁴ e outras pessoas que são colocadas à margem do corpo social.

1.3 PODER SOBRE OS ARQUIVOS *VERSUS* JUSTIÇA SOCIAL: UMA QUESTÃO DE REPRESENTATIVIDADE

A invisibilidade em sua representação pública é um dos principais problemas que afetam esses grupos minoritários, já que, por muito tempo, a história os tornou invisíveis. E quando se trata dessa representatividade em arquivos pessoais⁵, não é diferente. Lucia Velloso de Oliveira (2012, p. 33) apresenta a relevância destes arquivos no que diz respeito à afirmação de um indivíduo na sociedade através do registro de sua história. A autora afirma que os arquivos pessoais, independentemente de seu suporte, “representam a vida de seu titular, suas redes de relacionamento pessoal e de negócios. Representam também o seu íntimo, suas obras etc.” São, nessa perspectiva, “registros de seu papel na sociedade, em um sentido amplo”.

Assim, tendo consciência dessa importância, é necessário que a memória social, entendida nos modos acima descritos, abarque não só o ponto de vista dominante dos chamados ‘grandes grupos’⁶, que carrega novas significações e interpretações, mas também possa equivaler à ‘memória real’ dos grupos minoritários, ‘reconstruindo’ o passado em sua ‘totalidade’. Afinal, no caso de indivíduos oprimidos e silenciados historicamente, ter uma referência de passado permite, entre outros objetivos, a construção de sentimentos positivos, autoestima e

⁴Abreviação em inglês para *Lesbians, Gays, Bissexuais, Transgenderes* (Lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros)

⁵ Aqueles conjuntos documentais, de origem privada, acumulados por pessoas físicas e que se relacionam de alguma forma às atividades desenvolvidas e aos interesses cultivados por essas pessoas, ao longo de suas vidas. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais>>. Acesso em 13 nov. 2017.

⁶ Entende-se por ‘grandes grupos’ aqueles compostos por pessoas com privilégios referentes à sua classe social, raça, educação, gênero, identidade de gênero, sexualidade, religião. Geralmente homens, de raça branca (ariana), católicos, heterossexuais e de classe média alta/ricos não encontram obstáculos no que concerne à sua representação na narrativa da história, nos meios de comunicação, na literatura, na construção da memória tradicional e em outras circunstâncias.

maior confiança em si e na comunidade a qual pertencem.

À vista disso, é necessário, em primeiro lugar, perceber as instituições arquivísticas como espaços de poder, posto que estas são capazes de influenciar diretamente o presente e o futuro ao custodiar o passado. Randall Jimerson (2007, p. 255, tradução nossa) defende que “os arquivistas podem se tornar agentes de mudança no interesse da prestação de contas, diversidade e justiça social”. O propósito deste último conceito, ainda pouco utilizado no campo da Arquivologia em âmbito nacional brasileiro, consiste em poder oferecer recursos àqueles que necessitam de voz e justiça. Andrew Flinn e Ben Alexander (2015, p. 329) entendem que este é um conceito em defesa da ideia de que todo ser humano deveria estar no mesmo nível de igualdade no que tange aos aspectos sociais, políticos e econômicos. Para isso, torna-se necessário reconhecer e identificar desigualdades, marginalização e exclusão a fim de propor formas de reparação e reversão.

Entretanto, de acordo com Joan Schwartz e Terry Cook (2002, p. 2), é comum que os arquivistas neguem seu poder sobre a memória, o que seria uma circunstância negativa para, entre outros aspectos, a representatividade. Este fato se dá, segundo autores como: Cook e Schwartz (2002), Duff, Flinn e Wallace (2013) e Jimerson (2007), devido à ingênua e equivocada neutralidade tradicionalmente adotada pelos arquivistas. Os primeiros autores revelam que a prática arquivística perpetua o mito ultrapassado de que o arquivista é, ou pelo menos deveria se esforçar para ser, um profissional objetivo, neutro e passivo. Os autores defendem que, uma vez que o poder é reconhecido, ele finalmente pode ser “questionado, responsabilizado e aberto a um diálogo transparente e entendimento enriquecido (COOK, SCHWARTZ, 2002, p.2, tradução nossa)”.

Paralelamente, Duff, Flinn e Wallace (2013, p. 4) reconhecem a neutralidade como um ‘mito’ que sustenta a profissão do arquivista como um ofício desinteressado, neutro e honesto. Enquanto Jimerson (2007, p. 270) acredita que a neutralidade seja um ‘véu’ que impede que os profissionais de arquivo venham a assumir causas sociais e políticas. O autor se utiliza de um exemplo referente a uma pesquisa realizada por Durba Ghosh⁷ a respeito de mulheres indianas que conviviam com homens europeus entre 1760 e 1840. De acordo com Jimerson (2007, p. 278), a pesquisadora percebeu que os documentos relevantes para seu estudo eram

⁷ GHOSH, D. National Narratives and the Politics of Miscegenation. In: BURTON, A. **Archive Stories**, Durham: Duke University Press, 2006, cap. 2, p. 27-44.

muito difíceis de ser encontrados, pois a maioria deles estava ordenada e catalogada em categorias como 'receitas', 'estrangeiras', entre outras palavras-chave que pouco ou nada diziam respeito à vida dessas mulheres. Com isso, o autor afirma que:

Mesmo as práticas básicas baseadas na proveniência e na ordem original podem assim refletir os pressupostos ocultos que desviam as abordagens dos arquivistas para o passado, ao registro. A solução para isso não é tentar restaurar a inocência perdida da neutralidade dos arquivistas, mas reconhecer sua influência inevitável em todo o processo e tornar suas ações tão transparentes o quanto for possível. (JIMERSON, 2007, p. 278, tradução nossa).

Nesse sentido, Jimerson (2007, p. 275) também critica o comodismo dos arquivistas no que se refere à modernização de seu trabalho e seus conceitos, o que, dentre outros problemas, acaba por impedir o crescimento da área, consequentemente reforçando ideias que se tornaram obsoletas:

Além dessas perspectivas externas - como os arquivistas respondem aos desafios fora de seus repositórios - os arquivistas também precisam olhar para suas próprias práticas profissionais. Princípios e funções arquivísticas foram desenvolvidas em grande parte no contexto dos estados burocráticos do século XIX. O princípio da proveniência, por exemplo, reflete suposições sobre estruturas organizacionais e hierarquias que privilegiam os que estão no poder e aqueles com uma coletividade reconhecida. (JIMERSON, 2007, p. 275-276, tradução nossa).

Dessa forma, é fundamental que os profissionais de arquivo e a sociedade em geral percebam que a construção da memória, em meio a tantas modificações já mencionadas, se dá, principalmente, mediante influência e dominação de poder que são adotados em diversos aspectos, inclusive, no fazer arquivístico:

(...) poder para fazer registros de certos eventos e ideias e não de outros, poder para nomear e pedir registros para atender às necessidades empresariais, governamentais ou pessoais, poder para preservar o registro, poder para mediar o registro, poder sobre o acesso, poder sobre o indivíduo direitos e liberdades, sobre a memória coletiva e a identidade nacional - este é um conceito em grande parte ausente da perspectiva arquivística tradicional (COOK; SCHWARTZ, 2002, p. 5, tradução nossa).

Cook e Schwartz (2002, p. 14) compreenderam essas relações de domínio existentes nos arquivos ao identificarem alguns fatores inerentes à criação e manutenção de documentos convencionais. Os autores reforçam seus argumentos com o fato de que apenas alguns grupos possuem o privilégio de criar e manter seus arquivos, enquanto outros são marginalizados sem a possibilidade de serem ouvidos.

Ao reconhecer que os arquivos são previamente selecionados para serem preservados nas instituições, Andrew Flinn, Elizabeth Shepherd e Mary Stevens (2009, p. 76, tradução nossa) entendem que “os termos em que são descritos e os processos pelos quais essas decisões são feitas” inevitavelmente afetam a memória coletiva e a história que será produzida e narrada a partir dela. Isto é, se os arquivos e a memória estão sob influência direta de grupos dominantes, a trajetória de outros grupos que foram fundamentais para a construção da sociedade acaba não se tornando uma prioridade social.

Desta maneira, é necessário que as instituições, os profissionais e a própria sociedade passem a considerar o potencial que a representatividade desses arquivos apresenta quando falamos do combate à alienação, exclusão social e concentração de poder. Afinal, quando um grupo oprimido tem a possibilidade de conhecer melhor sua própria história, se torna mais fácil se recuperar de uma opressão histórica para finalmente poder avançar.

Neste caso, Moura, Reis e Ribas (2007, p. 5) defendem a ideia de que quando um indivíduo consegue rever a própria história, ele é capaz de se descobrir competente para falar de si mesmo, enfim se tornando sujeito da própria narrativa, além de ter reconhecida a legitimidade de suas próprias conquistas como a do grupo ao qual se insere:

(...) as possibilidades de a partir desta vivência promover-se uma virada em termos sociais, necessita, para se realizar, que se avance num trabalho de integração e socialização de experiências, com vistas a se efetivar uma leitura global da realidade social. Portanto, em razão de tal perspectiva torna-se necessário promover as condições que levem a elaboração de propostas de ação coletiva, cuja realização requer, precedentemente, a identificação dos pontos de convergência e de similaridade das histórias produzidas, de forma a tornar evidente, para os participantes do processo, a legitimidade de suas reivindicações e de seus direitos enquanto cidadãos (MOURA, REIS e RIBAS, 2007, p. 5).

Posto isso, convém refletir que a aplicação do ideal de justiça social à área da Arquivologia pode trazer inúmeras mudanças positivas para a sociedade, em especial para os grupos ‘representados’ nos arquivos de maneira secundária, isso quando representados. A título de exemplo, cabe pensar que por meio dos arquivos, na maior parte dos casos, pessoas negras são levadas a acreditar na exclusividade de um passado escravagista, sem terem a possibilidade de conhecer os mais diversos aspectos de sua cultura e suas conquistas nos mais variados campos; mulheres não conseguem se enxergar como figuras relevantes na história

tradicional, sendo retratadas como esposas, donas de casa e mães – na maioria das vezes sendo apenas reconhecidas quando apresentam parentesco com algum homem destacado na história; indígenas são dizimados, precisando lutar exaustivamente pela preservação de sua identidade e pela busca por seus direitos para que possam finalmente se tornar visíveis perante a sociedade, dentre outros exemplos.

Ao comprovar que, ultimamente, alguns países vêm se conscientizando de como o profissionalismo estreitamente construído reforça privilégios e preconceitos de raça, classe e gênero, Duff, Flinn e Wallace (2013, p. 10) afirmam que muitos arquivistas passaram a colaborar com a justiça social a fim de desafiar as desigualdades sistêmicas. Dessa forma, os autores revelam alguns dos impactos positivos que surgiram com o advento do fazer menos técnico e mais social destes profissionais:

O chamado da justiça social nestes contextos exige, portanto, que os arquivos e os arquivistas reconheçam, ao mesmo tempo que demonstram as conexões concretas entre justiça social, arquivos e a *práxis* arquivística. O lema desta ação pode ser visto em esforços que: estimulam proativamente a participação e o acesso ao arquivo; têm atenção às exclusões, ausências e silêncios nos arquivos e considere como essas lacunas podem ser solucionadas, inclusive a consideração de mnemônicos culturais adicionais; compreendem como os arquivos podem facilitar a justiça de transição reparadora através da proteção, suplementação e promoção do registro; e resistem às exclusões e marginalizações das instituições de arquivo (DUFF; FLINN; WALLACE, 2013, p. 10, tradução nossa).

Contudo, Flinn, Shepherd e Stevens (2009, p. 74) afirmam que, para que a justiça social possa ser posta em prática nos arquivos, é necessário que os arquivistas deixem de lado a rigidez dada à distinção entre os documentos que ‘devem’ ser recolhidos pelos arquivos, pelas bibliotecas ou pelos museus. Esse tipo de seleção e conseqüente exclusão acaba desfavorecendo os indivíduos comuns, que produzem e acumulam materiais de origens variadas, como objetos, livros, roupas, fotografias, CDs, manuscritos, e etc. Essa diversidade de suportes que viabilizam a construção da memória pode vir a ser problematizada no momento de sua doação aos arquivos, pois acaba conflitando com as noções básicas da Arquivologia. Para tanto, os autores defendem que:

Estes [documentos] podem ser localizados em um espaço físico ou reunidos em um arquivo virtual ou, talvez, em algum tipo de arranjo híbrido. A variedade de grupos, atividades e coleções se reflete nos diversos nomes usados: assim como arquivos comunitários, você pode encontrar arquivos e bibliotecas independentes, arquivos autônomos, projetos de história oral, grupos de patrimônio local, museus comunitários, centros comunitários de

recursos e arquivos. Pelo menos nesta área, as distinções entre arquivos, museus e outras atividades 'não oficiais' do património não são frequentemente consideradas muito significativas por aqueles que realizam esse trabalho [de justiça social] (FLINN; SHEPHERD; STEVENS, 2009, p. 74, tradução nossa).

Nesse sentido, é necessário que se reconheça e se tenha um olhar mais compreensível a respeito do papel que os arquivos de grupos historicamente silenciados podem desempenhar no reconhecimento de identidade, empoderamento e valor atribuído à própria trajetória, além da capacidade ampliadora que esses documentos possuem em relação a uma história mais plural da qual a sociedade terá conhecimento. Ou, como afirma Jimerson (2007, p. 253), é preciso “oferecer recursos para que pessoas examinem o passado, compreendam o presente e se preparem para um futuro melhor”.

Portanto, não é importante apenas deixar os arquivos 'abertos' para receber os arquivos pessoais daqueles que não se inserem nos grandes grupos, mas, também, é necessário permitir a inclusão de registros que não se limitam exclusivamente ao conceito teórico daquilo que seria o documento arquivístico⁸. Sem pretensões de aprofundar essa problemática, cabe trazer aqui a reflexão de Pollak (1992, p. 8), que entende que “se a memória é algo construído, toda documentação também o é”. Conseqüentemente, retomando a transição da memória oral para os registros escritos, surge o questionamento: Qual seria a diferença entre fonte oral e escrita no que tange à legitimidade?

Em vista disso, talvez fosse o momento de instituições de preservação da memória, mas sobretudo os próprios arquivistas, reverem e aprimorarem seus conceitos, a fim de trabalharem de forma a atender o corpo social como um todo e, assim, se estabelecerem como profissionais mais conscientes no que toca à representatividade em seus arquivos. Nesse caso, conviria que os arquivistas passassem a reconhecer sua parcialidade, pois a falta desse reconhecimento vem se apresentando mais como um obstáculo do que como um elemento positivo na *práxis* arquivística, além da rigidez ao definir o que seria documento arquivístico ou não. Ainda, é necessário que os arquivistas percebam a influência que possuem

⁸ Dentre os princípios que diferenciam a Arquivologia de outras ciências voltadas para os documentos, o princípio da organicidade é um dos fatores que acabam dificultando a aceitação da pluralidade existente nos arquivos de indivíduos comuns pelas instituições arquivísticas. Este princípio defende que as relações administrativas orgânicas devem ser refletidas nos conjuntos documentais. A organicidade, no caso, é a qualidade segundo a qual os arquivos espelham a estrutura, funções e atividades da entidade produtora/acumuladora em suas relações internas e externas.

sobre os documentos e a forma como serão apresentados a seus futuros pesquisadores.

Portanto, pensar na criação de novas ferramentas institucionais, projetos e iniciativas dedicadas a registrar e preservar a memória das minorias pode vir a atender a necessidade de documentar suas identidades e histórias. Então, diante desse raciocínio, é de todo significativo indagar o que as instituições arquivísticas brasileiras vêm realizando para dar espaço aos arquivos de grupos minoritários em seus registros.

2. OS ARQUIVOS PRIVADOS DE MULHERES NO ARQUIVO NACIONAL

Por ser a instituição arquivística de abrangência nacional no Brasil, optamos por trazer o recorte dessa pesquisa para os arquivos privados de mulheres custodiados pelo Arquivo Nacional (AN). Em um primeiro momento, será apresentado o contexto histórico da instituição. Em seguida, a partir dos levantamentos e entrevistas realizadas acerca de seus fundos de arquivos privados, serão apresentadas algumas questões, dados e iniciativas a respeito da representatividade feminina na instituição, além de informações a respeito da organização e tratamento dos arquivos privados do AN.

2.1 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

O Arquivo Nacional foi fundado no dia 2 de janeiro de 1838 com o nome de Arquivo Público do Império⁹. Tal como proposto pela Constituição de 1824, seu objetivo era recolher e preservar os documentos da administração central e da Família Imperial Brasileira, tendo sua organização estabelecida em três seções: Administrativa (documentos dos poderes Executivo e Moderador), Legislativa (documentos produzidos pelo Poder Legislativo) e Histórica. Em 1876, foi reorganizado nas seções: Legislativa, Administrativa, Judiciária e Histórica. A partir deste ano, foram estabelecidos prazos para o recolhimento de documentos, além de ser criado o cargo de agente auxiliar do diretor, que deveria desenvolver a função de identificar e obter documentos importantes nas províncias. Por consequência, o Parlamento se comprometeu a enviar os originais dos atos legislativos e administrativos para a Instituição, que passou a ter autoridade para conservar os documentos referentes ao direito público, à legislação, à história e à geografia do Brasil.

No ano de 1877, a instituição tinha sob sua guarda um total de 420 caixas

⁹ A fim de uma breve contextualização, é interessante apontar que o Império brasileiro se caracterizou como um Estado que perdurou durante o século XIX. Após ser colônia do Reino de Portugal, o Brasil transformou-se na sede do governo do Império Português em 1808, quando o então príncipe regente de Portugal estabeleceu-se com a família real e a corte na cidade do Rio de Janeiro. Na época em que o AN foi fundado, o Império do Brasil passava por grandes mudanças. Por volta de 1840, os políticos que estavam no poder estavam pessimistas quanto sua capacidade de governar o país, o que os levou a aceitar D. Pedro II, com quatorze anos na época, como uma figura soberana.

de documentos relacionados aos períodos do Brasil-Colônia, Brasil-Reino Unido e Brasil-Império. E, somente em 1893, o Arquivo Público do Império foi nomeado como Arquivo Público Nacional, vindo a receber a atual denominação de Arquivo Nacional em 1911. Também é relevante informar que, em 1978, o Decreto nº 82.308, de 25 de setembro, instituiu o Sistema Nacional de Arquivos - SINAR, que tinha como objetivo garantir a preservação de documentos do Poder Público, tendo como órgão central o Arquivo Nacional¹⁰.

Dito isso, torna-se claro que, do Império à República, o Arquivo Nacional foi a instituição responsável por recolher, preservar e organizar a memória política do país, desde a vida pública de seus governantes, até os acontecimentos que aqui se sucederam. Dessa forma, é inevitável que a instituição apresente os reflexos de um caráter majoritariamente político até os dias atuais, o que significa que, no que se refere à questão de gênero, sua documentação possui uma predominância de produtores do sexo masculino. Esta realidade pode ser explicada com base no estudo realizado pelo Projeto Mulheres Inspiradoras (PMI)¹¹, o qual revela que, em 2016, a participação de mulheres no Parlamento Federal Brasileiro era de menos de 10%.

De acordo com a *Inter-Parliamentary Union*¹², a informação supracitada coloca o país na 154ª posição entre 193 países do *ranking* elaborado pela associação. A fim de mudar este quadro, a Lei nº 9.504/1997¹³ estabeleceu que cada partido deveria reservar no mínimo 30% de suas vagas para a candidatura de mulheres. Entretanto a escolha do termo ‘reservar’ abriu uma brecha para que os partidos descumprissem o objetivo da lei. O argumento utilizado pelos políticos era de que, por mais que as vagas existissem, não apareciam mulheres para ocupá-las. Após intensas lutas dos movimentos feministas, em 2009, o texto foi alterado para: “(...) cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo”. Entretanto, embora as candidaturas femininas tenham crescido devido à exigência da lei do ano mencionado, o percentual de votos recebidos pelas mulheres diminuiu no mesmo

¹⁰ Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/institucional/historico.html>>. Acesso em: 16 out. 2017.

¹¹ Mais informações disponíveis em: <<http://educacaointegral.org.br/experiencias/projeto-usa-historia-de-mulheres-para-discutir-questao-de-genero/>>. Acesso em: 24 out. 2017.

¹² A União Interparlamentar (em tradução livre) é uma organização única composta por parlamentos nacionais de todo o mundo.

¹³ BRASIL. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições.

período¹⁴. Estes dados foram revelados nesta pesquisa com o intuito de fomentar a discussão proposta.

Destarte, cabe aqui trazer os aspectos gerais referentes aos documentos custodiados pelo Arquivo Nacional. Essa análise é importante para que se tenha uma melhor perspectiva a respeito da dimensão documental da instituição.

2.2 PANORAMA DOS DOCUMENTOS DO ARQUIVO NACIONAL

Em sua sede do Rio de Janeiro e na Coordenação Regional no Distrito Federal, o Arquivo Nacional conserva mais de 55 quilômetros de documentos textuais, cerca de 1,74 milhão de fotografias e negativos, 200 álbuns fotográficos, 15 mil diapositivos, 4 mil caricaturas e charges, 3 mil cartazes, 1000 cartões postais, 300 desenhos, 300 gravuras e 20 mil ilustrações, além de mapas, filmes, registros sonoros e uma coleção de livros raros que supera 8 mil títulos¹⁵. Sua documentação textual provém dos poderes Executivo, Judiciário e Legislativo federais, incluindo os arquivos privados.

Dentre a vasta documentação custodiada pelo AN, há documentos de caráter cartográfico, reunindo mais de 44 mil mapas, plantas e cartas náuticas de diversas regiões do mundo e do território brasileiro do século XVIII ao XX. Os documentos audiovisuais abarcam imagens produzidas por fotógrafos brasileiros e estrangeiros que atuaram no Brasil e no exterior, enquanto o acervo sonoro é composto por mais de 11 mil itens, entre discos e fitas de áudio dos fundos Agência Nacional, Presidência da República, Rádio Jornal do Brasil, além de coleções de música erudita e popular.

Já o conjunto de imagens em movimento possui cerca de 33 mil registros da história e da cultura brasileiras como cinejornais, documentários, obras de ficção, filmes publicitários, familiares e recortes de filmes que foram alvo da censura.

Dentre os registros textuais que descrevem a sociedade política brasileira em sua origem, há as correspondências e legislações oriundas do império

¹⁴ Os dados revelados foram retirados de: CARAZZAS, Bruno. **5 dados sobre a participação das mulheres na política brasileira**. POLITIZE. 2017. Disponível em: <<http://www.politize.com.br/participacao-das-mulheres-na-politica-brasileira/>>. Acesso em 16 out. 2017.

¹⁵ Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/institucional/acervo.html>>. Acesso em 16 out. 2017

ultramarino português, os arquivos trazidos com a corte de D. João VI em 1808, além dos documentos gerados pelos ministérios e órgãos judiciários e os originais da Constituição de 1824 e da Lei Áurea. Já os documentos produzidos no regime republicano englobam registros de entrada de imigrantes, patentes de inventos, projetos de urbanização e obras de saneamento referentes aos primeiros anos do século XX, exemplares das constituições, relatórios dos órgãos de censura, além dos documentos referentes ao regime militar, os arquivos de entidades privadas e aqueles pertencentes a indivíduos.

De maneira geral, o AN possui uma importância incontestável no que diz respeito a ser uma instituição de preservação da memória. Entretanto, é válido questionar até que ponto a referida instituição compreende a trajetória de indivíduos que também tiveram influência na construção da sociedade brasileira tal qual a conhecemos hoje, os quais fogem à regra do perfil dos 'grandes homens públicos'. Dessa forma, percebendo toda influência e dimensão dos documentos custodiados pela instituição, e retomando os dados referentes ao cenário político brasileiro, surge o seguinte questionamento: qual seria o espaço das mulheres nos arquivos custodiados pelo AN?

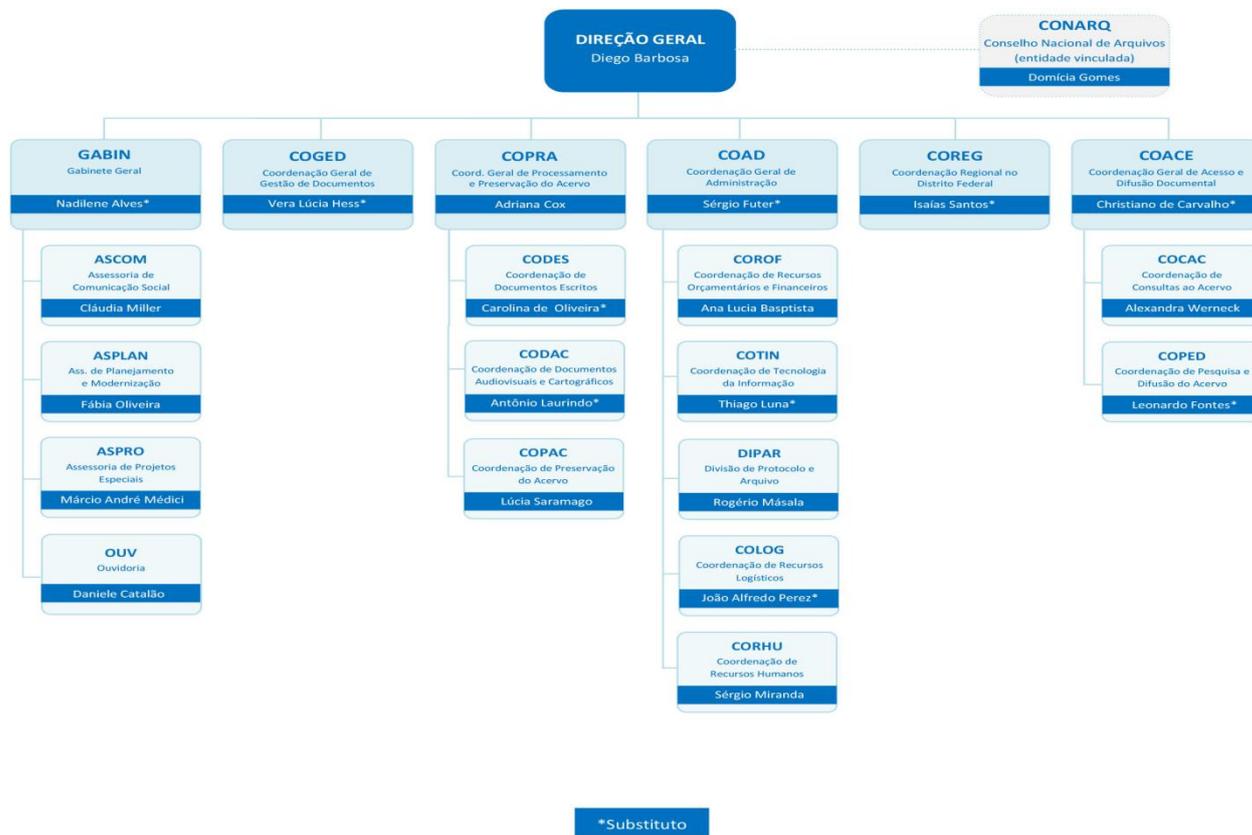
2.3 ORGANIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO ACERVO: ARQUIVOS PRIVADOS DE MULHERES

Os arquivos privados¹⁶ encontram-se sob a custódia de três áreas da instituição: A Coordenação de Documentos Escritos (CODES), responsável pelos arquivos privados textuais, a Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos (CODAC), responsável por fotografias, mapas, documentos sonoros ou audiovisuais, e a Coordenação de Preservação do Acervo (COPAC), setor que dá apoio às áreas do Arquivo Nacional e outras instituições públicas em temas relacionados à conservação. Estas três coordenações são subordinadas pela Coordenação Geral de Processamento e Preservação do Acervo (COPRA). Todas as decisões referentes ao recolhimento dos arquivos privados pela instituição

¹⁶ No Arquivo Nacional, os arquivos privados abarcam os documentos provenientes de empresas privadas, famílias, produtoras cinematográficas e personalidades da política, da ciência e da cultura brasileira, recebidos por meio de doação.

passam pelas três coordenações supracitadas.

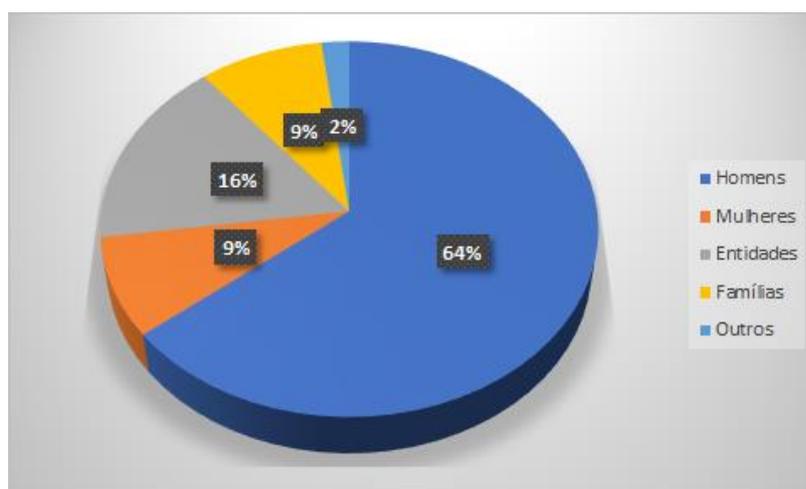
Imagem 1 - Organograma do Arquivo Nacional



Fonte: <http://www.arquivonacional.gov.br/institucional/organograma.html>

Estes três setores contam com 305 conjuntos documentais privados, dos quais 196 foram produzidos por homens, enquanto apenas 26 são de mulheres. Esta disparidade acaba denotando uma menor representatividade feminina em um espaço de influência social e histórica como os Arquivos. Na imagem abaixo é possível perceber a diferença percentual entre o perfil dos produtores dos acervos existentes na instituição.

Gráfico 1 - Produtores dos arquivos privados custodiados pelo AN –Total: 305 fundos



Fonte: Elaboração própria

No gráfico acima, a categoria “Entidades” é referente àqueles fundos produzidos por instituições estabelecidas para fins específicos, como: Academia Brasileira de Letras, Aquarela Produções Culturais Limitada, Associação dos Arquivistas Brasileiros, Brasil Urgente, entre outros. Ainda, classificamos como “Famílias” aqueles fundos que já possuem o termo em seu título, assim como aqueles produzidos por mais de um titular os quais possuem parentesco. Já a categoria “Outros” se refere aos fundos que não se encaixam nos demais grupos. São eles: Fotografias Avulsas, Itens Documentais, Partituras Musicais, Recordações da Segunda Guerra Mundial, e etc.

Para a presente pesquisa, é necessário revelar que há os fundos que pertencem a mais de um titular, dos quais um deles é uma mulher. São eles: Barão e Baronesa de Itamarandiba (BR RJANRIO PZ), Valderi Antão Ruviaro e Yara Silvia Tucunduva (BR RJANRIO VAR) e Visconde e Viscondessa de Torre Bela (BR RJANRIO SU).

Vale ressaltar que, dos fundos referentes a entidades, dois deles possuem foco integral em mulheres, mais especificamente no movimento feminista. São eles: Campanha da Mulher pela Democracia (BR RJANRIO PE) e Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (BR RJANRIO Q0). Entretanto, apenas por uma questão de recorte da pesquisa, estes fundos, assim como os familiares, não terão seus dados aqui apresentados de forma detalhada.

Os 26 fundos produzidos exclusivamente por mulheres estão explicitados na

tabela abaixo com algumas informações relevantes para dar prosseguimento à pesquisa:

Tabela 1: Tabela com relação dos arquivos privados de mulheres recolhidos pelo AN – total: 26 fundos

Código	Fundo	Ano de recolhimento	Data-limite	Estágio de organização	Setor responsável
BR RJANRIO FT	Anamaria Machado Guimarães	2009	1974 a 1979	Identificado	CODES
BR RJANRIO ASV	Bárbara Villa Verde Revelles Pereira	2009	2009	Organizado totalmente	CODAC
BR RJANRIO TJ	Comba Marques Porto	1993	1945 e 1989	Organizado totalmente	CODES
BR RJANRIO JH	Elizabeth Garson Passi de Moraes	2016	1918 a 1980	Identificado	CODAC
BR RJANRIO F8	Elizabeth Versiani Formaggini	2004	1942 a 1954	Organizado totalmente	CODAC
BR RJANRIO GE	Eulalia Maria Lahmeyer Lobo	2012	1898 a 2005	Identificação em curso desde 2013	CODAC E CODES
BR RJANRIO 28	Felisbela Pinto Correia	1997	1965 a 1968	Identificado	CODES
BR RJANRIO HP	Hildete Pereira de Melo	2008	1976 a 1990	Identificado	CODES
BR RJANRIO QM	Irmã Zélia	1972	1851 a 1947	Identificado	CODES
BR RJANRIO GN	Isabella Cerqueira Campos	2002	1967 a 1987	Organizado totalmente	CODAC
BR RJANRIO ZH	Leonor Nunes de Paiva	2007	1972 a 1990	Identificado	CODES
BR RJANRIO GL	Lucia Velloso Mauricio	2010	1971 a 2010	Identificado	CODAC E CODES
BR RJANRIO 2D	Maria Beatriz do Nascimento	1999	1961 a 1996	Identificado	CODES
BR RJANRIO CCN	Maria da Conceição da Costa Neves	2009	1950 a 1970	Identificado	CODAC
BR RJANRIO J2	Maria da Gloria Lisboa de Nin Ferreira	2014	1801 a 1900	Identificado	CODAC
BR RJANRIO FK	Maria José de Sant'Anna Alvarez	2002	1964	Organizado totalmente	CODAC
BR RJANRIO ASZ	Maria Lucia Toledo de Martins	2009	2001	Organizado totalmente	CODAC
BR RJANRIO FR	Maria Luíza Aboim	2003	1979	Organizado totalmente	CODAC
BR RJANRIO HV	Moema Toscano	-	1965 a 2008	-	CODES (?)
BR RJANRIO JJ	Nélie Sá Pereira	2007	1977	Organizado totalmente	CODAC
BR RJANRIO AAH	Nicole Algranti	2008	2000 a 2007	Organizado totalmente	CODAC
BR RJANRIO HT	Niomar Moniz Sodré Bittencourt	2014	1933 a 2004	Identificado	CODES
BR RJANRIO FL	Regina Helena Machado	2002	1979	Organizado totalmente	CODAC
BR RJANRIO H6	Rute Gusmão Pereira de Azevedo	2012 e 2014	1987 a 1990	Identificado	CODES
BR DFANBSB VAY	Taís Morais	2009	1964 a 1983	Organizado totalmente	COREG
BR RJANRIO J4	Terezinha Lindgren Carneiro	2009	1907 a 1965	Identificado	CODAC

Fonte: Elaboração própria

Fundamentando-se nos fundos aqui apresentados e a fim de entender as

políticas de aquisição do Arquivo Nacional e como seus profissionais se colocam frente às questões de gênero e representatividade na instituição, foi realizada uma entrevista com a Arquivista Beatriz Moreira Monteiro, atualmente chefe da Seção de Documentos Privados do Arquivo Nacional e Técnica em Assuntos Culturais da Coordenação de Documentos Escritos (CODES). Essa Coordenação é responsável por doze dos 26 fundos referenciados acima, os quais dois deles são compartilhados com a CODAC. Cabe revelar que a maioria destes fundos possui documentação audiovisual, e isso se deve à abrangência de acervos produzidos por cineastas na instituição. Portanto, dos 26 conjuntos mencionados, nove são referentes a este grupo, compostos apenas por documentos de imagens em movimento.

O primeiro fundo doado ao Arquivo Nacional cujo a produtora foi uma mulher é o Fundo Irmã Zélia, produzido por Zélia Pedreira Abreu Magalhães. Nascida em abril de 1857, em Niterói/RJ, a titular recebeu educação literária, artística e científica, revelando talento para o estudo de idiomas, como francês, inglês, espanhol e italiano, além de conhecer alemão, latim e grego. Casou-se em 1876 com o engenheiro Jerônimo de Castro Abreu Magalhães, ambos se tornando fazendeiros extremamente religiosos. O casal teve treze filhos, dos quais nove chegaram à idade adulta, tendo todos eles ingressado em ordens religiosas. Alguns anos após o falecimento de seu esposo, Zélia ingressou no convento das Servas do Santíssimo Sacramento, no bairro do Largo do Machado, Rio de Janeiro, passando a ser conhecida como Irmã Maria do Santíssimo Sacramento.

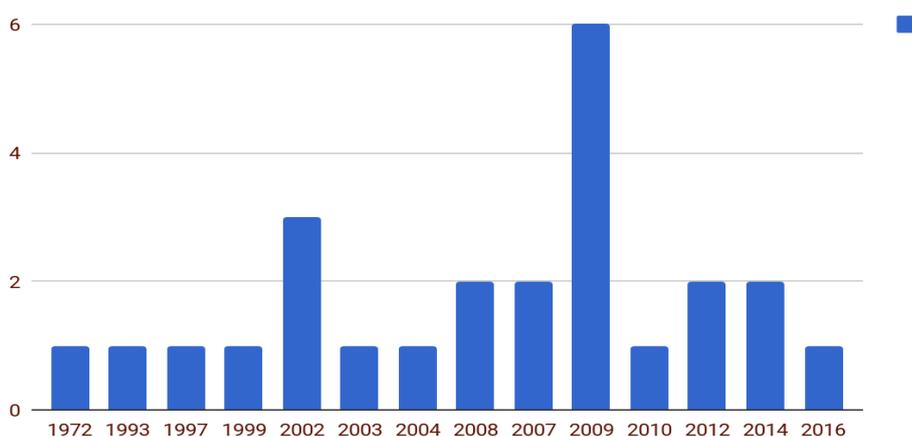
Uma curiosidade é que, segundo artigo publicado no Mensário do Arquivo Nacional (1973), o acervo não poderia ser entendido como arquivo, pois,

Este ela própria o destruíra, por espírito de humildade, quando se preparava para a vida religiosa. São, portanto, as 'sobras', acrescidas de variada correspondência além de alguns outros papéis, preservados devotamente pelos filhos e parentes, inclusive após a sua morte. (MENSÁRIO do Arquivo Nacional, 1973, p. 21-33).

O acervo chegou à instituição em 1972 e permaneceu sendo o único da categoria aqui discutida até o ano de 1993, no qual sucedeu a doação do fundo Comba Marques Porto. Segundo nos informou a arquivista Beatriz Monteiro, em entrevista realizada no dia 02/10/2017, durante muito tempo o Arquivo Nacional conservou o perfil de receber arquivos de homens públicos, sendo apenas a partir da década de 1980 que outros protótipos começaram a ser recolhidos pela instituição.

Este fato coincide com a posse de Celina do Amaral Peixoto¹⁷ no cargo de Diretora da instituição, ocorrida em 1980. A partir dessa época, ocorreram muitas mudanças no órgão, havendo uma modernização do trabalho e mudança do perfil dos acervos.

Gráfico 2 - Relação entre o número de recolhimento de fundos de mulheres e seus respectivos anos



Fonte: Elaboração própria

No gráfico acima é possível notar um grande número de doações ocorridas no ano de 2009¹⁸ em relação aos demais. Em maio do referido ano, foi criado o Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985): Memórias Reveladas¹⁹, seguido do lançamento do Edital Público de Chamamento de Acervos

¹⁷ Socióloga com doutorado pela Sorbonne, Celina esteve por três décadas à frente de instituições como a Fundação Getúlio Vargas (FGV), onde, em 1973, criou o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) e, em 1980, passou a dirigir o Arquivo Nacional até 1990. Tornou-se diretora da Fundação Getúlio Vargas entre 1990 a 1997. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Celina_Vargas_do_Amaral_Peixoto>. Acesso em: 09 out. 2017.

¹⁸ Mesmo não sendo incluídos no gráfico, cabe dizer que o fundo misto 'Valderi Antão Ruviano e Yara Sílvia Tucunduva' também foi recolhido em 2009.

¹⁹ Dando continuidade a iniciativas dos últimos governos democráticos, em novembro de 2005, o Presidente Lula assinou decreto regulamentando a transferência para o Arquivo Nacional dos acervos dos extintos Conselho de Segurança Nacional, Comissão Geral de Investigações e Serviço Nacional de Informações, até então sob custódia da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e passou à Casa Civil a coordenação do recolhimento dos arquivos. O Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil, denominado "Memórias Reveladas", foi institucionalizado pela Casa Civil da Presidência da República e implantado no Arquivo Nacional com a finalidade de reunir informações sobre os fatos da história política recente do País. O Centro constitui um marco na democratização do acesso à informação e se insere no contexto das comemorações dos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Um pedaço de nossa história estava nos porões. O "Memórias Reveladas" coloca à disposição de todos os brasileiros arquivos sobre o período entre as décadas de 1960 e 1980 e das lutas de resistência à ditadura militar, quando imperavam no País a censura, violação dos direitos políticos, prisões, torturas e mortes. Trata-se de fazer valer o direito à verdade e à memória.

001/2009, que teve como objetivo sensibilizar a sociedade brasileira sobre a necessidade de doação de acervos a respeito do período do regime militar. Em agosto, instalou-se o Conselho Consultivo e a Comissão de Altos Estudos do Memórias Reveladas, sendo feitas campanhas de rádio, televisão, mídia impressa e Internet, com foco na localização de desaparecidos políticos e na doação de acervos sobre o período. Dessas ações e propostas resultou a criação do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas, coordenado pelo Arquivo Nacional²⁰.

Como enunciado anteriormente, o segundo acervo pertencente a uma mulher foi recolhido no ano de 1993. O fundo Comba Marques Porto foi doado pela própria produtora e contém correspondências, textos e publicações referentes ao movimento feminista no Brasil, sobre a participação feminina no movimento pela anistia, assim como registros da atuação de Comba em diversas manifestações contra a ditadura militar. A doação deste acervo serviu como exemplo da representatividade feminina nos arquivos, o que estimulou outras militantes feministas a também doarem seus documentos. Segundo a entrevistada, as militantes incentivam umas às outras a doarem seus documentos, pois entendem a importância dessa ação para o não apagamento de suas trajetórias, como no caso dos fundos de Leonor Nunes Paiva e Hildete Pereira de Melo, que também tiveram grande atuação no movimento feminista da década de 1970 e na luta pela Anistia e, em 2007 e 2008, respectivamente, doaram seus arquivos para a instituição.

Ainda sobre as militantes, não se pode deixar de falar do fundo Maria Beatriz do Nascimento. Intelectual, pesquisadora e ativista, nasceu em Aracaju, em julho de 1942. Formou-se em 1971 no curso de graduação em História, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Durante a graduação, foi estagiária do Arquivo Nacional. Posteriormente, exerceu o cargo de professora de História da rede estadual de ensino do Rio de Janeiro, além de exercer sua militância intelectual através de temáticas e objetos ligados à história e à cultura negra. Esteve à frente da criação do Grupo de Trabalho André Rebouças, em 1974, na Universidade Federal Fluminense (UFF), levantando discussões acerca da temática racial na academia e na educação em geral.

Disponível em: <<http://www.memoriasreveladas.gov.br/index.php/institucional>>. Acesso em: 09 out. 2017.

²⁰ Disponível em: <<http://www.memoriasreveladas.gov.br/index.php/historico>>. Acesso em: 09 out. 2017.

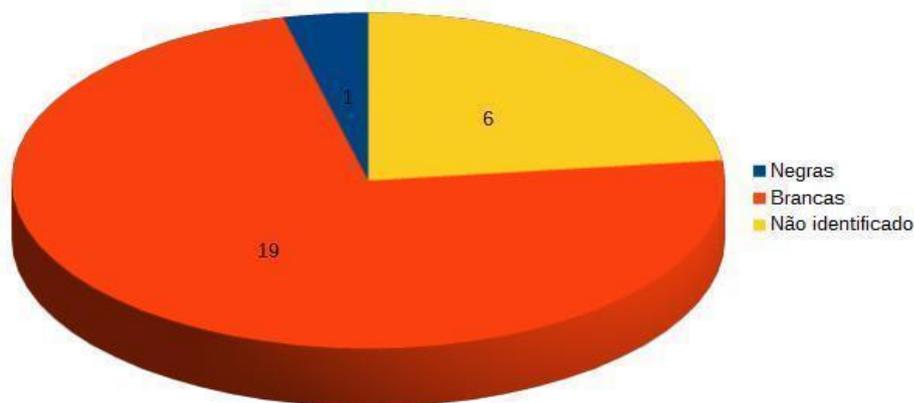
Em meio a diversas atuações, seu trabalho mais conhecido e de maior circulação foi o filme Ori (1989, 131 min), de sua autoria, dirigido pela socióloga e cineasta Raquel Gerber. O filme, narrado pela própria Maria Beatriz, apresenta sua trajetória pessoal como forma de abordar a comunidade negra em sua relação com o tempo, o espaço e a ancestralidade, emblematicamente representados na ideia de quilombo.

Em seu acervo é possível encontrar correspondências, roteiro de filme, projeto e relatórios de pesquisa, publicações, estudos, fotografias sobre quilombos e a presença do negro na sociedade brasileira, discos e fitas em VHS. Além disso, cabe trazer uma curiosidade a respeito de seu acervo: Maria Beatriz sofria de transtorno bipolar e depressão, o que a levou a tomar lítio em certa fase de sua vida. Quando sua família doou seus documentos, a equipe do AN percebeu que havia muitos referentes à doença da produtora, como receitas médicas e textos que ela escrevia em momentos de alucinação. Portanto, seu acervo, que majoritariamente abarca sua atuação no movimento negro, também atende a usuários que almejam investigar a realidade de uma pessoa que sofre com esses tipos de transtornos.

Entretanto, pelo fato deste acervo possuir um número considerável de santinhos e discos referentes às músicas que a produtora ouvia, alguns membros da equipe responsável pela análise de arquivos privados questionaram o motivo pelo qual aquele tipo de material deveria ser preservado. Nessa época, houve muitas reclamações a respeito do assunto, pois a equipe acreditava que um número tão extenso desses itens não deveria ser aceito pela instituição. Felizmente, a entrevistada indagou afirmando que em tempos futuros aquele tipo de material não seria mais encontrado e revelou que esse tipo de atitude acaba limitando a possibilidade de serem apresentadas diversas visões a respeito da sociedade nos arquivos.

Ainda, em uma breve pesquisa foi possível descobrir que, das mulheres das quais foi possível encontrar fotografias, apenas Maria Beatriz do Nascimento é negra. Ou seja, é concebível supor que algumas das regras impostas pela instituição podem acabar cerceando a representatividade em seus acervos.

Gráfico 3 - Quantidade de arquivos privados de mulheres negras e brancas custodiados pelo Arquivo Nacional – Total: 26 fundos



Fonte: Elaboração própria

Através da entrevista foi possível compreender que, de acordo com a política da instituição, esta só deve receber documentos de pessoas que têm atuação pública reconhecida, com representatividade a nível nacional. Se adotada de maneira rígida, essa política permite que acervos pouco consideráveis ou sem relevância do ponto de vista da expressão sociopolítica sejam aceitos somente pelo fato destes terem pertencido a uma figura pública.

Vale ressaltar que na instituição existe um grupo preocupado em estudar o perfil do tipo de acervo que é recebido nos arquivos privados, fato que demonstra o motivo pelo qual o AN possui documentos de pessoas com menos publicidade, mas com acervos interessantes. De qualquer forma, a existência de casos como o da aquisição do acervo de Maria Beatriz demonstra que ainda há muito a ser mudado nas normas da instituição²¹.

Nesse sentido, se torna clara a importância dos arquivos pessoais no que diz respeito à ampliação de possibilidades de reconhecimento de um indivíduo ou do grupo ao qual pertence e de sua representatividade na narrativa da história. Entretanto, é necessário perceber mais do que questões técnicas nesses documentos, entendendo que estes são fragmentos fundamentais na construção da memória de determinada época, lugar, ou indivíduo, bem como são valiosos no que concerne à ampliação das perspectivas que a partir deles podem ser

²¹ Destaca-se também que, segundo a entrevistada, o fundo Maria Beatriz do Nascimento é um dos mais procurados. Admite-se que seja pelo fato deste retratar a militância da produtora no movimento negro, temática mais custosa para ser encontrada nos documentos de caráter oficial.

apresentadas. E, nessa perspectiva, considerando a importância social dos arquivos pessoais para recuperação da memória e reconhecimento do lugar ao qual se pertence na história e no mundo, é fundamental que aqueles sejam recolhidos, organizados e preservados pelas instituições arquivísticas de forma a abranger a pluralidade de indivíduos que tiveram participação relevante em algum aspecto do processo de construção social, afinal, é perceptível que ainda há a predominância de uma pequena porção da visão histórica nessa narrativa. Nesse caso, as instituições arquivísticas devem perceber que as trajetórias de indivíduos, e não só dos homens públicos, têm muito a contribuir para o desenvolvimento de uma cultura mais ampla na sociedade, assim como podem atingir os grupos excluídos historicamente de maneira positiva, com a viabilidade de mudanças otimistas no que diz respeito à forma como essas pessoas passarão a ser vistas pelo corpo social.

3. A TRAJETÓRIA FEMININA E SUA VISIBILIDADE NOS ARQUIVOS: CONSIDERAÇÕES, REFLEXÕES E PROPOSTAS

Ainda hoje, as questões das contradições sociais, os problemas que surgem na reivindicação de direitos e a dificuldade na criação de espaços de representatividade muitas vezes impedem que as mulheres sejam vistas e reconhecidas nos mais diversos aspectos sociais. Os já mencionados 'grandes grupos' continuam sendo favorecidos quanto à sua representação nos meios de comunicação, na literatura e na construção da memória tradicional. Desta maneira, mesmo que os debates em torno da igualdade entre homens e mulheres venham ganhando força com o passar do tempo, ainda é necessário investir esforços para que o grupo marginalizado estudado nesta pesquisa finalmente seja representado de forma equivalente à realidade. Nincia Cecilia Ribas Borges Teixeira (2015) explica que acabamos naturalizando a ideia de que para as mulheres é reservado o mundo privado:

(...) Era um sujeito anônimo, ávida dos pequenos detalhes da vida cotidiana, direcionando seu olhar subjetivo para o mundo obscuro e silencioso dos discursos hegemônicos, que colocam à margem as etnias e deixam no fim do corredor, no âmago do discurso patriarcal, as vidas femininas, supostamente enclausuradas. (...) Essa história anônima dialoga com um discurso cristalizado pelos relatos oficiais e compõe novas possibilidades. (...) Mulheres membros de famílias, trabalhadoras, em organizações ou movimentos que alicerçam uma história a partir de suas experiências e pelo viés coletivo. (TEIXEIRA, 2015, p. 4)

Dito isso, em um primeiro momento, revelaremos um pouco da trajetória do movimento feminista, que, ainda hoje, vem lutando para que as mulheres alcancem os direitos e equidade sociais. Além disso, convém expor o que já vem sendo discutido a respeito da representatividade feminina nos arquivos pessoais, fazendo algumas correspondências com o caso dos fundos de mulheres custodiados pelo Arquivo Nacional. Por fim, serão apresentados alguns projetos e iniciativas que a instituição vem realizando a fim de dar visibilidade aos referidos acervos.

3.1 O MOVIMENTO FEMINISTA

Por mais que papéis inferiores lhes fossem atribuídos e mesmo que suas

ações fossem consideradas como de menor, as mulheres conseguiram superar gradativamente muitas das dificuldades impostas pelos homens e pelo próprio viés social ao longo dos anos. Utilizando-se de oportunidades que iam surgindo e de força de vontade para conquistar seu espaço no mundo, as mulheres deram início à sua firmação no universo intelectual através de poetisas, escritoras e outras, o que desencadeou na busca por leituras a fim de aprimoramento pessoal e obtenção de conhecimento.

A década de 1960 significou uma época de grandes mudanças na sociedade contemporânea, e um dos eventos mais marcantes desse período foi o movimento feminista. Seu objetivo consistia na realização de uma mudança social, econômica e política a favor do fim dos padrões opressores baseados em gênero, a fim de garantir os direitos e a ampliação do papel das mulheres na sociedade. O movimento feminista levantou o debate sobre questões como direito à vida política, educação, direito ao divórcio e livre acesso ao mercado de trabalho, passando a questionar o papel da mulher nesses e em outros aspectos.

Esse movimento surgiu inicialmente nos Estados Unidos e Reino Unido, preocupado em promover a igualdade nos direitos contratuais e de propriedade para ambos os sexos, além de se opor aos casamentos arranjados e ao fato de mulheres serem vistas como propriedades dos homens, que tinham o poder de autorizar ou negar o direito destas trabalharem.

A partir da década de 1960 o movimento feminista adquire novos contornos, e pode-se dizer que caminha nesses moldes até o final da década de 1980. Nessa fase, discutia-se a respeito de sexualidade, mercado de trabalho, direitos reprodutivos, o fim da violência sexual e outros.

Durante a década de 1990, surge uma nova fase desse movimento, na qual os paradigmas estabelecidos anteriormente começaram a ser problematizados. De acordo com Djamilla Ribeiro (2014), mulheres negras passaram a reivindicar maior visibilidade de sua participação dentro do movimento, por exemplo, visto que as preocupações anteriores abarcavam apenas a vivência das mulheres brancas de classe média alta. Ou seja, questões acerca de raça, classe e, inclusive, binaridade se tornaram pautas importantes do feminismo a partir dessa época.²²

²² RIBEIRO, Djamilla. As diversas ondas do feminismo acadêmico. [Editora Confiança]. **Revista Carta Capital**, nov. 2014. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/escriptorio-feminista/feminismo-academico-9622.html>> Acesso em: 19 ago. 2017.

Dessa forma, o movimento feminista foi impulsionado contra a sub-representação e opressão fundamentada em questões de gênero, apresentando como lema a liberdade das mulheres como ser humano. Esse processo vem se fortalecendo até os dias atuais, e ainda tenta buscar mudanças significativas no paradigma patriarcal que historicamente foi adotado na construção da realidade social. Ou seja, o movimento feminista incorporou questões que precisam ser transformadas até hoje.

Dentre as inúmeras reivindicações da Organização Nacional das Mulheres, fundada na década de 1960 nos Estados Unidos, a principal delas era garantir os direitos civis de mulheres, como a equiparação salarial entre ambos os sexos. Além disso, visava acabar com a predominância masculina no que dizia respeito aos papéis de liderança e de porta-vozes da sociedade.

No cenário latino-americano, os movimentos da juventude urbana antecederam as ditaduras. Quando elas foram implementadas, esse grupo de pessoas aderiu aos movimentos contra o regime. Dessa forma, as mulheres, num primeiro momento, aderiram como pessoas que encontraram movimentos políticos em que pudessem atuar. Após o golpe de estado ocorrido no Brasil (1964), quando muitas mulheres foram exiladas e torturadas, estas acabaram sendo forçadas a viver na clandestinidade junto de seus colegas homens. E diante dessa experiência, elas perceberam que mesmo inseridas em movimentos sociais de esquerda, a hierarquia de gênero era uma realidade constante, o que potencializou o desejo de se realizar uma transformação sócio-cultural na relação homem-mulher e no papel feminino tanto na sociedade, como na política, na família e nas mídias²³.

Antes, composto por uma maioria da classe média e de escolaridade elevada, o movimento feminista brasileiro se concentrava nas metrópoles. Hoje em dia, é possível notar que o movimento vem alcançando outras camadas sociais e que em diversas partes do país há quem lute pelos direitos das mulheres.

²³ AVELAR, Lucia. **O movimento feminista no Brasil é o mais organizado da América Latina: entrevista**. [31 de maio, 2017]. São Paulo: Revista Carta Capital. Entrevista concedida a Tory Oliveira. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/o-movimento-feminista-no-brasil-e-o-mais-organizado-da-america-latina>>. Acesso em: 19 ago. 2017.

3.2 ARQUIVO E A REPRESENTATIVIDADE DE MULHERES

Com o surgimento oficial deste novo movimento de mulheres a partir da década de 1960, o número de coleções referentes a estes arquivos foi crescendo gradativamente dado que as ativistas feministas reconheciam a importância da preservação e construção da história de suas trajetórias e, assim, passaram a criar seus próprios documentos e publicações. Como exemplo do próprio AN, a ativista Comba Marques Porto doou os documentos referentes à sua militância no movimento feminista a fim de incentivar outras militantes a fazerem o mesmo, dado que ela reconhecia a importância dessa ação para o não apagamento da história de suas atuações.

Ainda hoje, as relações de gênero se fazem presentes em qualquer aspecto social. E, à vista disso, considerando que a Arquivologia pode ser entendida como uma área com bases tradicionalistas, é de extrema importância que sejam abordados temas de abrangências sociais, políticas e culturais, para além de questões técnicas.

Neste sentido, o arquivo deve ser pensado também como um espaço de valorização da memória feminina, na tentativa de impulsionar a presença destes acervos em instituições públicas e, assim, promover os estudos de gênero. Para Eva Moseley (1980, p.184), curadora dos manuscritos do *The Arthur and Elizabeth Schlesinger Library on the History of Women in America*²⁴, uma vez que o arquivista aceita a história das mulheres como um campo de estudo legítimo, este profissional deve não só enxergar as novas necessidades de pesquisa, como também precisa se esforçar para encontrar e adquirir os registros que documentam essas narrativas. Para tal, Moseley afirma ser necessário realizar algumas mudanças na coleta destes documentos e nos critérios de avaliação:

(...) apenas uma pequena transição de pensamento é necessária para ampliar as visões a fim de incluir mulheres 'comuns' [nos arquivos]. Uma vez que realiza essa transição, o arquivista percebe que os métodos de aquisição, as relações entre os doadores e a adesão são similares tanto para os documentos das mulheres quanto para os de homens (MOSELEY, 1980, p. 184, tradução nossa).

²⁴ Sendo uma instituição estadunidense, a Biblioteca Arthur e Elizabeth Schlesinger sobre a história das mulheres na América (em tradução livre) documenta a vida das mulheres do passado e presente, além de promover o compromisso do Instituto Radcliffe com as mulheres, gênero e sociedade. Disponível em: <<https://www.radcliffe.harvard.edu/schlesinger-library>>. Acesso em: 30 set. 2017.

Neste caso, retomando a realidade do Arquivo Nacional, ficou claro que, devido aos métodos implementados e às políticas de aquisição impostas pela instituição, os arquivos pessoais sob sua custódia acabam não apresentando as trajetórias de grupos plurais que colaboraram nas mais diversas situações que marcaram o país. Com uma predominância de acervos de homens públicos, cabe retomar a informação de que, enquanto 64% dos fundos pessoais custodiados pelo AN foram produzidos por homens, apenas 9% têm mulheres como produtoras.

3.2.1 Sub-representação feminina nos arquivos

Ao discutir-se a questão de gênero nas instituições de guarda, é relevante perceber que quando as mulheres têm sua trajetória retratada em arquivos pessoais acessíveis, estas, em sua maioria, ainda são representadas de forma secundária e complementar a seus maridos, filhos e pais – o que é uma das muitas consequências do sistema patriarcal no qual a sociedade ainda se encontra inserida. Segundo Moseley (1973, p. 215, tradução nossa), essa situação acaba fazendo com que as próprias mulheres considerem sua participação na história como algo insignificante, o que pode ocasionar a dispersão ou até mesmo a perda de seus documentos, afinal, “(...) uma vez que a ‘grande mulher’ está atrás do ‘grande homem’, seus pensamentos e esforços muitas vezes são ocultados nas realizações dele (que nem sempre realizou algo de fato)”.

Um dos exemplos no caso do Arquivo Nacional é o fundo Felisbela Pinto Correia, que trabalhou na biblioteca do Laboratório Silva Araújo-Russel e foi revisora da Revista do Conselho Nacional de Economia, escrevendo artigos para jornais com temática esportiva. Além disso, foi casada com o crítico musical Jota Efegê. De acordo com a entrevistada Beatriz Monteiro, o pequeno acervo de Felisbela, que é composto por recortes de jornais com artigos de sua autoria, também integra, em boa parte, documentos relacionados ao campo da música que foram produzidos pelo marido da titular.

Ao explicar que as mulheres, quando representadas, eram retratadas como as parceiras dos homens na construção da história, Mary Ritter Beard, confirme citada por Anke Voss-Hubbard (1995, p. 18), argumenta que quando as pessoas realizam pesquisas aprofundadas a respeito dos trabalhos realizados por mulheres

ao longo dos séculos, é possível perceber que estas sempre desempenharam papéis ativos e importantes socialmente, o que as tornam igualmente responsáveis pela definição dos valores da sociedade. A respeito disso, Moseley (1973, p. 215) reconhece que a história das mulheres era um campo de estudo relativamente novo, e documentá-lo implicava em dificuldades semelhantes às aquelas encontradas no registro das histórias de outros grupos sub-representados:

(...) é ainda mais notável que durante a última década a história das mulheres começou a surgir como um campo de estudo legítimo. Com as mulheres sendo representadas tão periféricamente em grande parte dos livros de história, a maioria das pesquisas nessa área requer uma busca em arquivos. A negligência a respeito das mulheres não só significou pouco ou nenhum espaço dado a elas nestes escritos históricos, mas também significou pouco ou nenhum espaço dado aos documentos das mulheres em instituições de guarda, além de pouco ou nenhum esforço para adquirir esses materiais (MOSELEY, 1973, p. 215, tradução nossa).

Nesse sentido, Moseley (1973, p. 216) declara não se surpreender que historiadores e arquivistas não tenham começado a registrar as novas ideias e atividades das mulheres. Contudo, vale ressaltar que ao impulsionar os debates de gênero na Arquivologia, o objetivo não é que se produzam histórias femininas a fim de criar rivalidade com os homens, mas sim ampliar o ponto de vista histórico tanto para incorporar ambos os gêneros, como para atender aos diversos interesses que os usuários podem manifestar em suas pesquisas.

3.2.2 As novas demandas de pesquisa: uma reflexão necessária

Um estudo divulgado pelo *Google BrandLab* revela que, atualmente, os brasileiros têm pesquisado cada vez mais por temas a respeito da diversidade. Quando se trata de feminismo, as buscas realizadas no *site* aumentaram em 200% desde 2015²⁵. A referida pesquisa revela dados positivos no que diz respeito aos novos interesses de estudo que as pessoas vêm adquirindo. Dessa forma, se a intenção dos arquivos é servir à sociedade, funcionando como meio seguro de assegurar informações e oferecer a possibilidade de se adquirir conhecimento, é extremamente relevante que os arquivistas passem a se questionar sobre os novos interesses dos usuários para, enfim, poderem se adaptar a novas realidades.

²⁵ Disponível em: <<http://emails.estadao.com.br/noticias/comportamento,buscas-no-google-sobre-feminismo-crescem-200-em-dois-anos-no-brasil,70002062987>>. Acesso em: 06 nov. 2017.

Eles [os arquivistas] não haviam prestado muita atenção às mulheres, presumivelmente porque ninguém havia perguntado sobre elas. Os arquivistas podem perguntar sobre os interesses de pesquisa atuais e futuros dos cidadãos a fim de aprender nomes e assuntos recentemente interessantes para, enfim, apontá-los em novos auxílios de busca (MOSELEY, 1980, p. 188, tradução nossa).

Para Moseley (1980, p.182), a partir do momento em que o arquivista se vê confrontado por pesquisadores que desejam pesquisar a respeito da vida privada de pessoas que até então não foram plenamente representados nos arquivos, ele deve ter consciência sobre quais fontes podem vir a ser úteis para seus usuários. A autora ainda desdobra mais a temática das mulheres pensando naquelas que não exerceram funções públicas e nem pertenciam à elite, das quais seus documentos são ainda mais difíceis de serem encontrados e acessados, mas não menos valiosos do ponto de vista do estudo histórico. Nesse sentido, a autora brevemente revela alguns aspectos importantes a respeito da utilidade da preservação destas fontes:

Agora, esses registros podem ser lidos por uma nova perspectiva para responder perguntas sobre saúde, sobre atitudes em relação à sexualidade, reprodução e as ações resultantes da recusa de casar, relações sexuais e o aborto, sobre a criação de crianças, do ponto de vista da mãe e da filha, sobre gestão familiar (...) e assim por diante. As coleções familiares, com suas múltiplas gerações, permitem não só estudar as relações entre as mulheres de várias gerações, como também estudar no microcosmo a mudança dos padrões de casamento, criação de filhos e trabalho doméstico, voluntário e remunerado (MOSELEY, 1980, p. 184, tradução nossa)

Em todo caso, por mais que não seja possível prever quais serão os interesses dos futuros pesquisadores, é de todo necessário que os arquivistas comecem a discutir entre si e com os próprios usuários sobre as múltiplas necessidades de pesquisa, compreendendo que além da mutabilidade de interesses, estes profissionais possuem grande influência na representatividade desses documentos e qual acesso lhes será dado.

A maioria dos arquivistas não escreve a história. Mas, com as decisões que tomamos, especialmente na avaliação de registros e documentos, e ao descrevê-los, podemos promover as novas tendências de pesquisa ou acabar com os obstáculos em seu caminho. Aqueles que estão dispostos a aceitar a ideia de que a história é sobre o que as pessoas fizeram e sofreram — não apenas personagens, mas pessoas de todas as classes, raças e sexos — acharão seu trabalho muito mais significativo e emocionante (MOSELEY, 1980, p. 190, tradução nossa).

Diante disto, é necessário que os arquivistas façam as seguintes reflexões propostas por Michelle Caswell e Marika Cifor (2016, p. 25), que compreendem a influência exercida por estes profissionais sobre seus arquivos e sobre o que será

passado para a sociedade. Ao defenderem uma ‘empatia radical’ nos arquivos, as autoras revelam que além de sua responsabilidade como guardião de documentos, o arquivista também deve possuir algum tipo de conexão com os produtores, assuntos e os usuários dos mesmos, tomando consciência de que este tipo de ação pode atingir um grupo ainda maior. Sobre este último aspecto, as autoras defendem que:

Nesta mudança, os arquivistas têm responsabilidades para com os indivíduos ‘invisíveis’ — aqueles que não são usuários diretos dos arquivos, mas para quem o uso dos mesmos tem consequências duradouras. (...) Aqui, o arquivista tem uma obrigação ética de empatizar com todas as partes impactadas pelo uso arquivístico: as comunidades para quem a justiça ou a impunidade têm consequências duradouras, a comunidade de pessoas para quem a representação — ou silenciamento — realmente importa. (CASWELL; CIFOR, 2016, p. 38, tradução nossa).

Nesse caso, Caswell e Cifor (2016, p. 39) propõem que os arquivistas se questionem sobre quais são as consequências de suas decisões para sociedade como um todo. Portanto, estes profissionais devem pensar sobre quais vozes serão silenciadas se um fundo específico não for recolhido, se a linguagem utilizada na descrição desses fundos respeita os grupos de pessoas representadas nesses documentos e se estes fundos estão conservados e se seu acesso vem sendo fornecido de maneira compatível à cultura do grupo que produziu tais registros.

3.2.3 O Arquivo Nacional

Nesse sentido, retomando o caso do AN, cabe trazer algumas informações relevantes a respeito da guarda, preservação e organização dos arquivos de mulheres sob sua custódia. Dos dez acervos sob responsabilidade exclusiva da CODES, apenas o fundo Comba Marques Porto e o fundo Lucia Velloso Maurício²⁶ estão organizados, sendo que este último ainda não foi ordenado totalmente. O primeiro possui um inventário²⁷ disponível *on-line* enquanto o segundo, até então,

²⁶ Doadora de seu próprio acervo, Lúcia Velloso Maurício foi militante da organização Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e acabou sendo presa por motivos políticos no período que vai de agosto de 1971 e setembro de 1974. Seu acervo possui documentos referentes às suas relações com familiares e amigos no período em que esteve presa, documentos referentes à sua atuação política e à de terceiros, legislação estadual (RJ) referente à reparação a pessoas detidas e torturadas sob a acusação de terem participado de atividades políticas entre 1964 e 1979, além de discos, disquetes e fotografias feitas a partir dos representantes digitais do casamento da titular na prisão e de objetos e desenhos produzidos pelas detentas.

²⁷

Disponível

em:

<http://www.arquivonacional.gov.br/images/conteudo/servicos_ao_cidadao/instrumentos-de-pesquisa/pdf/Comba-final-novembro-18.pdf>. Acesso em: 10 out. 2017.

apenas dispõe de um instrumento de pesquisa provisório²⁸.

Gráfico 4 - Proporção dos fundos organizados e dos identificados – Total: 26 fundos



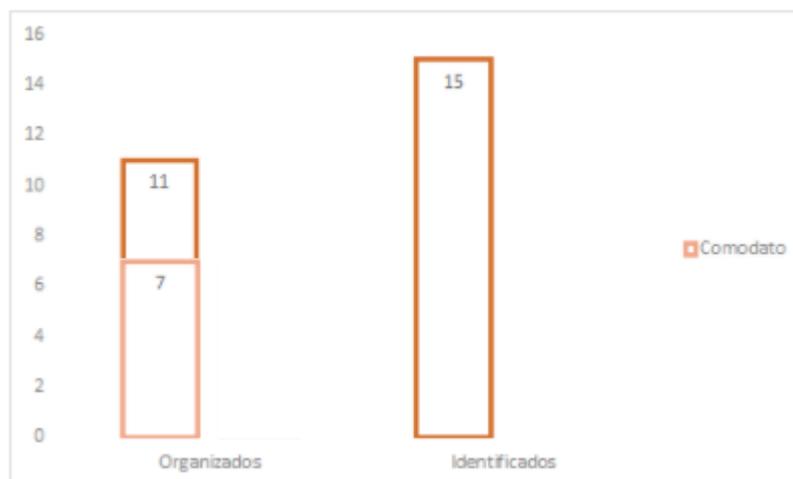
Fonte: Elaboração própria

Até o momento, os demais fundos custodiados pela CODES não foram organizados, encontrando-se apenas identificados, sendo mantida a ordem original com a qual chegaram ao Arquivo Nacional. Nesse sentido, é oferecido acesso aos usuários através de instrumentos de pesquisa que não estão disponíveis no portal da instituição, sendo possível consultá-los apenas presencialmente. Considerando o conjunto de 26 fundos de produtoras mulheres, apenas onze deles encontram-se organizados totalmente, os quais sete integram o acervo do AN em regime de comodato²⁹. A partir disso, infere-se que os fundos ingressaram na instituição com uma organização previamente realizada.

²⁸ Disponível em: <<http://imagem.sian.an.gov.br/anexos/sian/referencias/17122013130131.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2017.

²⁹ O comodato é o empréstimo gratuito de bens que não podem ser substituídos por outro da mesma espécie, qualidade ou quantidade.

Gráfico 5 - Relação entre o número de acervos organizados e daqueles em regime de comodato – Total: 26 fundos



Fonte: Elaboração própria

De toda forma, por mais que o instrumento de identificação possa atender às necessidades dos usuários, é insatisfatório o fato de que a maior parte dos arquivos privados de mulheres ainda não estejam disponíveis para acesso remoto. Afinal, como os acervos não estão organizados, o consulente precisa comparecer à instituição pessoalmente, o que acaba inviabilizando um acesso amplo, simples e democrático.

A justificativa dada para a questão do número reduzido de arquivos privados de mulheres que se encontram organizados é a circunstância da complexidade de seus acervos. Quando questionada sobre a ordenação dos arquivos dos homens públicos, a entrevistada alegou que geralmente Ministros, Presidentes e outras personalidades masculinas dispunham de Secretários que, ao longo do exercício de suas funções, desempenhavam papel fundamental na organização desses documentos. Nessa lógica, em virtude dos acervos de pessoas ‘comuns’ possuírem lacunas, apresentarem descontinuidade e pouco ou nenhum critério de organização, o trabalho dos profissionais responsáveis por desempenhar essa função fica aparentemente sobrecarregado. Este argumento, de certa maneira, se assemelha ao pensamento exposto por Chris Hurley (1995, p. 149, apud HOBBS, 2016, p. 340), o qual defende que “de modo geral, os documentos pessoais de ministros de Estados, por exemplo, ou diretores de empresas, demonstram mais ordem e método que os papéis pessoais de poetas misantropos aos quais esse tipo de trabalho não agrada, o que, na verdade, é de se esperar.”

De toda forma, em uma perspectiva geral, há uma porcentagem pequena de acervos organizados na instituição, independente do perfil de seus produtores. Segundo a arquivista entrevistada, a organização de arquivos privados demanda muito tempo, uma vez que estes não são padronizados, se tornando incógnitas para os profissionais em alguns casos. Deduz-se que somente cerca de 30% dos 305 fundos custodiados nesta seção estejam completamente organizados.

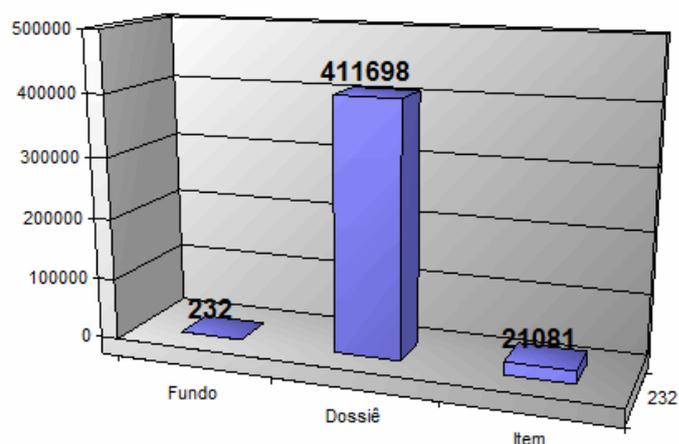
3.2.4 Questões acerca da ausência de arquivos privados de mulheres nas instituições arquivísticas

Quando questionada a respeito do número reduzido de acervos produzidos por mulheres custodiados pela instituição, a entrevistada alegou que o Arquivo Nacional “não vai em busca de nenhum tipo de acervo³⁰”, mas que a instituição encontra-se aberta para receber aqueles que apresentarem relevância para a construção da história nacional. Em todo caso, a arquivista defende que é uma questão do próprio indivíduo tomar a atitude de doar seus documentos, reconhecendo que talvez haja certa dificuldade de alguns em se identificarem como personagens importantes, mas reforçando que o AN se mantém receptiva para o recolhimento de novos fundos.

Neste sentido, a entrevistada não soube afirmar o que levaria as mulheres a não procurarem a instituição para doar seus documentos. Entre as hipóteses, Beatriz presume que, talvez, as mulheres tenham mais apego a seus registros, já que geralmente o indivíduo comum não consegue desassociar sua vida pública de sua vida privada. Contudo, argumentou que se o AN buscasse acervos específicos, seria necessário realizar levantamentos diversos para saber quais personalidades possuiriam documentações relevantes para a instituição. Dito isso, convém resgatar a experiência positiva do chamamento de acervos e divulgação em mídia ocorridos no ano de 2009 na ocasião do Projeto Memórias Reveladas.

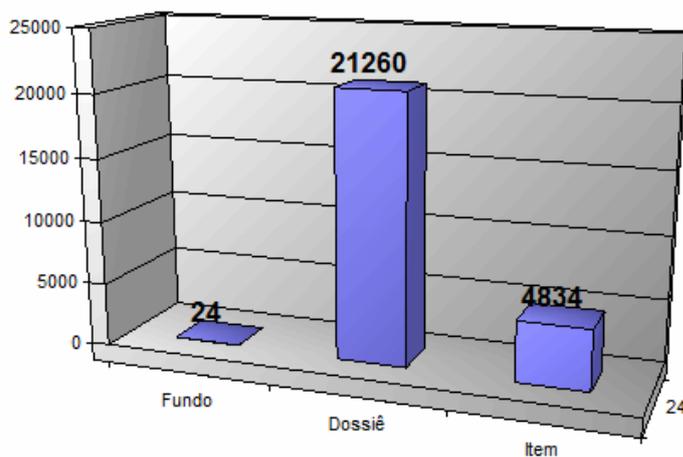
³⁰ MONTEIRO, Beatriz. Entrevista concedida à Martina Benassi. Rio de Janeiro, 02 out. 2017.

Gráfico 6: Quantidade de fundos, dossiês e itens recebidos e publicados no banco de dados do projeto Memórias Reveladas



Fonte: <http://base.memoriasreveladas.gov.br/mr/log/estatistica.asp>

Gráfico 7: Quantidade de fundos, dossiês e itens recebidos e não publicados no banco de dados do Projeto Memórias Reveladas



Fonte: <http://base.memoriasreveladas.gov.br/mr/log/estatistica.asp>

Vale frisar que o potencial representativo dos arquivos de movimentos sociais e de indivíduos comuns oferece afirmação, resistência e empoderamento em relação às narrativas dominantes. No caso específico das mulheres, isso permite que as mesmas tenham autoridade e poder sobre sua representação e sobre a construção da memória coletiva e pública. Portanto, se arquivistas e instituições refletirem acerca de como as questões sociais e de gênero estão presentes nas práticas de

construção e preservação da memória, inúmeras mudanças positivas poderão ocorrer no corpo social.

Posto isso, cabe trazer o exemplo da *World Center for Women's Archive* (WCWA)³¹, que se dedicou à preservação dos arquivos pessoais produzidos por mulheres das mais variadas origens. Segundo Voss-Hubbard (1995, p. 21), a busca, preservação e acesso dado a esses documentos tiveram impactos positivos em diversos aspectos, por mais que a instituição tenha existido apenas por cinco anos:

A WCWA recebeu inúmeros relatos de mulheres, e, assim, seu trabalho preliminar em solicitar que elas doassem seus documentos a uma instituição de guarda, mais tarde, se revelou inestimável. Além disso, através dos esforços de vários voluntários estaduais, a WCWA identificou registros históricos sobre mulheres em suas vidas privadas, em sociedades históricas, universidades, dentre outros arquivos. Entre muitas outras atividades, a WCWA promoveu exposições de coleções de mulheres na Biblioteca do Congresso e nos Arquivos Nacionais. De seus escritórios em Washington e Nova York, a WCWA compilou e distribuiu listas de fontes secundárias essenciais para o estudo das mulheres, além de ter servido como um centro de esclarecimento a respeito de informações sobre mulheres em outras instituições, fornecendo estas informações em diversas entrevistas de rádio sobre mulheres na sociedade americana. (VOSS-HUBBARD, 1995, p. 21, tradução nossa).

Dito isso, e resgatando o caso do Arquivo Nacional, é interessante explicitar que, por mais que não existam movimentos de aquisição e recolhimento de acervos na instituição, outras estratégias vêm sendo realizadas a fim de dar visibilidade aos arquivos pessoais de mulheres. A fim de se obter informações a respeito destas ações, entramos em contato com alguns servidores da instituição. Em um primeiro momento, contatamos, por meio eletrônico, Flora Matela Lobosco, Técnica em Comunicação Social da Assessoria de Comunicação Social (ASCOM), e responsável pela iniciativa de criação da série 'Mulheres na História' no *site* da instituição.

De acordo com informações trocadas através de *e-mail* em 03/10/2017, Flora

³¹O conceito da WCWA foi apresentado pela primeira vez à historiadora Mary Beard em 1935 por Rosika Schwimmer — uma feminista, escritora e refugiada húngara da Primeira Guerra Mundial. Na sua proposta para um arquivo feminista-pacifista, Rosika advertiu sobre um declínio mundial do status econômico, social e político das mulheres e enfatizou a necessidade de reunir os fatos sobre a luta e as realizações femininas do século XIX — os documentos, manuscritos e correspondências de líderes do movimento feminista-pacifista. A proposta de Schwimmer foi enviada em 17 de setembro de 1935 a diversas mulheres influentes e organizações de mulheres. As propostas da WCWA eram: servir como um repositório das lutas, inspirações e realizações individuais e organizacionais das mulheres, e formar um depósito educacional em que a cultura representada pelos arquivos receberia a atenção majoritariamente dada exclusivamente para a cultura a respeito dos homens. Por questões financeiras, a WCWA foi oficialmente dissolvida em 16 de setembro de 1940. Disponível em: RELPH, Anne Kimbell. **The World Center for Women's Archives**. Chicago: The University of Chicago Press. n. 3, v. 4. 1979, p. 597.

tinha como objetivo promover uma matéria sobre os Acervos Privados do Arquivo Nacional, quando um colega do setor de Arquivos Privados citou como exemplo os de Bertha Lutz e o de Maria Beatriz Nascimento. Com isso, deu início a um levantamento sobre a história e o número de mulheres que doaram seus acervos à instituição. Assim, solicitou o apoio da Equipe de Pesquisa da Coordenação de Pesquisa e Difusão do Acervo para selecionar imagens dos acervos e contribuir com as biografias.

A série, que existe desde meados de 2017, já apresentou a trajetória de Bertha Lutz, Niomar Moniz Sodré Bittencourt, Eulália Maria Lahmeyer Lobo, Maria Beatriz Nascimento, Hildete Pereira de Melo, Comba Marques Porto e Lúcia Velloso Maurício. Os nomes foram escolhidos por Flora e pela Arquivista Beatriz Monteiro. A cada semana, uma mulher era apresentada em textos publicados no portal do AN e no *Facebook*, com imagens do acervo. As publicações foram feitas entre julho e agosto de 2017. De acordo com Flora, a repercussão da série foi extremamente positiva, tanto para os servidores da instituição como para os usuários externos, que puderam se manifestar através de comentários nas redes sociais. Infelizmente, a série durou pouco tempo, sendo finalizada em Agosto do mesmo ano.

Quando questionada a respeito da possibilidade de manutenção da série, Flora alegou que, devido à redução no número de integrantes da equipe — atualmente composta por duas pessoas, número um terço menor em relação ao anterior —, surge a dificuldade em criar novas séries para difusão do acervo do AN. Através de seu contato, chegamos até Thiago Cavaliere Mourelle, Supervisor da Coordenação de Pesquisa para Difusão do Acervo (COPED) e também Editor-científico da Revista *Acervo*³². O contato com Thiago foi feito através de *e-mail* e, posteriormente, por meio de entrevista *in loco*, tendo esta última nos possibilitado conversar também com a cientista política Viviane Gouveia e a historiadora Januária Teive a respeito de diversas iniciativas no que tange à representatividade dos arquivos de mulheres na instituição.

Thiago Mourelle assumiu a equipe de Pesquisa do AN, que é composta por

³² *Acervo* é a revista do Arquivo Nacional, publicada semestralmente desde 1986. Tem por objetivo divulgar estudos e fontes nas áreas de ciências humanas e sociais aplicadas, especialmente arquivologia. Seus números são semestrais, sendo o primeiro referente aos meses janeiro-junho (publicado até o dia 30 de junho) e o segundo referente ao período julho-dezembro (com publicação até o dia 31 de dezembro). A revista tem por objetivo divulgar estudos e fontes nas áreas de ciências humanas e sociais aplicadas, especialmente história e arquivologia. É composta pelas seções Entrevista, Dossiê Temático, Artigos Livres, Documento e Resenha. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo>>. Acesso em 07 out. 2017.

cientistas políticos e historiadores, em maio de 2017. De acordo com as informações apresentadas através de *e-mail*, o historiador mostrou-se interessado em apresentar, através das redes sociais, exposições, publicações, etc., a diversidade presente no acervo da instituição. Nesse contexto, revelou que em maio do referido ano foi lançada a Revista Acervo de número 1 e volume 30, com o dossiê Família, onde buscou-se apresentar a diversidade de famílias ao longo da história, oferecendo ao público, por exemplo, um dos processos em que uma ex-escrava luta na justiça pela posse de seus filhos. Além disso, neste ano também foi lançada a exposição virtual 'A mulher na sociedade brasileira'³³.

Ainda, em mensagens trocadas com Thiago, este revelou que sua equipe vem articulando a candidatura do acervo da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) para o Programa Memória do Mundo (MOW)³⁴, sendo esta a candidatura do AN para 2018. No caso, a memória do mundo é a memória coletiva e documentada dos povos do mundo em sua pluralidade. Isto é, seu patrimônio documental representa boa parte do legado cultural mundial ao projetar a evolução do pensamento, das realizações e descobertas da sociedade humana. Nesse sentido, é incontestável o valor que os acervos de mulheres e suas trajetórias possuem ao estarem presentes no referido programa, dado que a visibilidade e dimensão do mesmo se dá a nível mundial.

Thiago Mourelle ainda ressaltou o fato de que a equipe de pesquisa está pensando sobre a realização de uma exposição sobre as mulheres, dando ênfase no movimento feminista, para o ano de 2019. Segundo o historiador, o referido ano foi escolhido a fim de coincidir com os 100 anos da primeira organização feminista do Brasil, a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher. Além disso, mencionou que

³³ Disponível em: <<http://www.exposicoesvirtuais.arquivonacional.gov.br/pt-br/imagens-da-mulher-brasileira.html>>. Acesso em: 06 nov. 2017.

³⁴ A UNESCO estabeleceu o programa internacional Memória do Mundo em 1992. O ímpeto originou-se do aumento de conscientização sobre a condição lamentável de preservação e o acesso ao patrimônio documental em várias partes do mundo. O Programa Memória do Mundo busca atingir seus objetivos ao incentivar projetos e atividades, não somente de âmbito global, mas também regional, nacional e local. Os comitês regionais e nacionais da Memória do Mundo são partes cruciais na estrutura do Programa pois, quando apropriado, eles são encorajados a implementar suas cinco estratégias fundamentais (identificação de patrimônio documental, conscientização, preservação, acesso, estruturas, status e relações). O sucesso do Programa depende muito da condução, iniciativa e entusiasmo dos comitês regionais e nacionais. A visão do Programa Memória do Mundo é a de que o patrimônio documental mundial pertence a todos, e deve ser completamente preservado e protegido por todos, com o devido reconhecimento e respeito por hábitos e práticas culturais, devendo ser permanentemente acessível a todos, sem obstáculos.

Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/communication-and-information/access-to-knowledge/documentary-heritage/>>. Acesso em 03 nov. 2017.

em abril de 2018 ocorrerá o lançamento da Revista Acervo, número 1, volume 31, que terá como temática: Diversidades.

Em entrevista realizada *in loco* no dia 11/10/2017, a cientista política Viviane Gouveia contou que seu primeiro contato com o fundo da FBPF se deu na seleção de alguns documentos iconográficos para um trabalho específico da instituição. À época, o fundo mencionado não se encontrava organizado, o que levou a pesquisadora a insistir para que tal ofício fosse realizado, pois, caso contrário, ela não teria tempo hábil para finalizar o que pretendia executar. Quanto a isso, vale ressaltar que a falta de organização dos acervos apresentada acima acaba por se tornar um problema para a equipe de pesquisa da instituição. Segundo os entrevistados, os instrumentos de pesquisa disponíveis, que são provisórios, demandam mais trabalho e tempo da equipe por não contemplarem o nível de descrição arquivística. Com isso, viviane Gouveia acredita que a organização seja um dos motivos pelo qual o fundo da FBPF desperte tanto interesse do público e seja um dos fundos com foco em mulheres mais trabalhados pela equipe. Ainda, apontou que, em muitas ocasiões, a equipe de pesquisa manteve contato com os setores responsáveis pela guarda dos acervos privados a fim de os incentivarem a promoverem a organização e a digitalização desses acervos.

Outra ação desenvolvida pela Instituição, com o objetivo de dar visibilidade a esses acervos, é a proposta de criação de uma exposição ou catálogo *online* sobre os direitos da mulher ao longo do século XX, que será lançada em 2019. Os pesquisadores almejam, também, explorar os arquivos privados de mulheres, dado que boa parte delas foi militante. De maneira geral, visa-se apresentar como se deu a conquista dos direitos das mulheres ao longo do tempo a fim de abrir espaço para estas como, acima de tudo, cidadãs. No entanto, os entrevistados ressaltaram que não podem dar certeza a respeito de grande parte das propostas aqui apresentadas em virtude da atual condição política e econômica do país.

Para finalizar, é importante ainda destacar o nome dado a biblioteca da instituição: Biblioteca Maria Beatriz do Nascimento. Em entrevista, Thiago Mourelle relatou que o AN promoveu uma votação para escolha do nome da biblioteca da instituição, onde foram propostos diversos nomes, considerados de destaque no campo da História e da Arquivologia. No entanto, a partir de intensa movimentação por parte de integrantes de diferentes movimentos sociais, o nome que mais recebeu votos foi o da militante negra Maria Beatriz do Nascimento, que ganhou com 84%

dos votos. Este acontecimento motivou a instituição a realizar um evento a fim de prestar tributo à militante na Semana Nacional de Arquivos (2017). O evento contou com a presença de ativistas de movimentos sociais em defesa de negros e de mulheres, assim como proporcionou uma homenagem para a família de Maria Beatriz.

Assim, fica claro que por mais que o AN ainda não tenha ações diretas a respeito da procura por acervos de mulheres, a instituição apresenta algumas estratégias pontuais para dar visibilidade para estes. Entretanto, essas iniciativas provém mais do setor de pesquisa do que propriamente dos arquivistas, o que acaba confirmando algumas teorias levantadas nesta pesquisa. Em todo caso, os projetos que vêm sendo desenvolvidos são bastante otimistas no que diz respeito à visibilidade dos arquivos privados de mulheres, além de revelarem a existência de uma preocupação sobre essa temática na instituição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar os arquivos privados custodiados pelo Arquivo Nacional, podemos compreender que as mulheres ainda possuem pouca representatividade em seus acervos. Contudo, a preocupação acerca dessa temática ainda não ganhou força em âmbito nacional, o que nos levou a pesquisar o que os autores de outros países vêm discutindo.

Com um total de 305 fundos de arquivos privados custodiados pela instituição, apenas 26 deles têm mulheres como produtoras. Vale ressaltar ainda, que o acesso a esses acervos se dá de maneira limitada em virtude de grande parte destes fundos não terem sido organizados ainda. Todavia, por mais que a instituição não apresente ações diretas para o recolhimento de acervos, o setor de pesquisa possui estratégias pontuais no que tange à disseminação e visibilidade de acervos de indivíduos sub-representados historicamente.

Assim, ficou claro que devido às políticas de aquisição prescritas pela instituição, os arquivos privados sob sua custódia acabam não apresentando as trajetórias de grupos plurais que colaboraram com a estruturação do país. Com isso, até então, a atenção dada a essa questão provém de outros profissionais que não os arquivistas.

No sentido de realizar essa pesquisa, conciliamos métodos qualitativos e quantitativos de recolhimento de informação. Essa metodologia foi escolhida porque possibilitou o desenvolvimento de um raciocínio crítico e argumentativo, essencial para abordar o tema proposto neste trabalho. Diante disso, realizamos levantamentos sobre os fundos de arquivos pessoais de mulheres sob a custódia do Arquivo Nacional, na seção de arquivos privados, fazendo análises comparativas em relação a outros fundos da instituição. Para isso foram necessárias visitas recorrentes, o que nos possibilitou o contato com o setor de arquivos privados, de pesquisa e de comunicação social.

Para fundamentar a pesquisa, a conceituação teórica consistiu em estudos acerca da representatividade das minorias nos arquivos pessoais, trazendo o foco específico para as mulheres, a fim de discutir a questão de gênero na narrativa da história tradicional, nos arquivos pessoais acessíveis e em instituições arquivísticas.

Portanto, destaca-se a importância de se discutir a ausência da trajetória feminina representada nos documentos de arquivos, assim como se faz necessário, pensar em estratégias que visem tornar o arquivo um espaço de valorização dessa memória como fonte de pesquisa, dado que os estes apresentam um papel fundamental no que tange ao reconhecimento e disseminação da memória, se tornando peças-chave na construção, contextualização, comprovação e acolhimento da herança cultural pela sociedade.

REFERÊNCIAS

ACERVO. **Revista do Arquivo Nacional**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2017. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo>>. Acesso em: 07 out. 2017.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p.

———. **Folheto de divulgação da Biblioteca Maria Beatriz do Nascimento**. Rio de Janeiro, 2016.

———. Coordenação Geral de Processamento e Preservação do Acervo. Equipe de Documentos Privados. **Fundo Comba Marques Porto (TJ): inventário**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013. 153 p. Disponível em: <<http://imagem.sian.an.gov.br/anexos/sian/referencias/19112013132323.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

———. Coordenação Geral de Processamento e Preservação do Acervo. Equipe de Documentos Privados. **Fundo Lúcia Velloso Maurício (GL): instrumento provisório dos documentos textuais e iconográficos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012. 17 p. Disponível em: <<http://imagem.sian.an.gov.br/anexos/sian/referencias/17122013130131.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2017.

———. **Imagens da mulher brasileira**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2017. Disponível em: <http://www.exposicoesvirtuais.arquivonacional.gov.br/pt-br/imagens-da-mulher-brasileira.html>. Acesso em: 06 nov. 2017.

———. Institucional. **Acervo**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2017. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/br/institucional/acervo.html>>. Acesso em: 16 out. 2017.

———. Institucional. **Histórico**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2017. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/br/institucional/historico.html>>. Acesso em: 16 out. 2017.

———. Institucional. **Organograma**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2017. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/institucional/organograma.html>>. Acesso em: 16 out. 2017.

———. **Mensário do Arquivo Nacional**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, n. 4, p. 21 - 33. 1973.

AVELAR, Lucia. O movimento feminista no Brasil é o mais organizado da América Latina: entrevista. [31 de maio, 2017]. São Paulo: **Revista Carta Capital**. Entrevista concedida a Tory Oliveira. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/o-movimento-feminista-no-brasil-e-o-mais-organizado-da-america-latina>>. Acesso em: 19 ago. 2017

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivística: objeto, princípios e rumos**. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2002.

BRASIL. **Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997**. Estabelece normas para as eleições.

Buscas no Google sobre feminismo crescem 200% em dois anos no Brasil. **Estadão**. Disponível em: <www.estadao.com.br/noticias/comportamento,buscas-no-google-sobre-feminismo-crescem-200-em-dois-anos-no-brasil,70002062987>. Acesso em: 06 nov. 2017.

CARAZZAS, Bruno. **5 dados sobre a participação das mulheres na política brasileira**. POLITIZE. 2017. Disponível em: <<http://www.politize.com.br/participacao-das-mulheres-na-politica-brasileira/>>. Acesso em 16 out. 2017.

CASWELL, M., CIFOR, M. From human rights to Feminist Ethics: Radical Empathy in the Archives. **Archivaria**, v. 81, p. 23-43, 2016.

Celina Vargas do Amaral Peixoto. **Wikipédia**. Disponível em: <www.wikipedia.org/wiki/Celina_Vargas_do_Amaral_Peixoto>. Acesso em: 09 out. 2017.

COOK, Terry and SCHWARTZ, Joan M. Archives, records, and power: From (postmodern) theory to (archival) performance. **Archival Science**, v. 2, n. 3-4, p. 171–185, 2002.

DUFF, Wendy M.; FLINN, Andrew; SUURTAMM, Karen Emily. Social justice impact of archives: a preliminary investigation. **Archival Science**, v. 13, n. 4, p. 317–348, 2013.

FLINN, Andrew and ALEXANDER, Ben. “Humanizing an inevitability political craft”: Introduction to the special issue on archiving activism and activist archiving. **Archival Science**, v. 15, n. 4, p. 329–335, 2015.

FLINN, Andrew; STEVENS, Mary and SHEPHERD, Elizabeth. Whose memories, whose archives? Independent community archives, autonomy and the mainstream. **Archival Science**, vol. 9, no. 1-2, p. 71–86, 2009.

FRANCO, Celina M, BASTOS, Aurélio W. Os arquivos nacionais: estrutura e legislação. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 7-28, jan./jun. 1986.

GHOSH, D. National Narratives and the Politics of Miscegenation. In: BURTON, A. **Archive Stories**, Durham: Duke University Press, 2006, cap. 2, p. 27-44.

GOUVEIA, Viviane; MOURELLE, Thiago; TEIVE, Januária. Entrevista concedida à Martina Benassi. Rio de Janeiro, 11 out. 2017

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. 2 ed. São Paulo: Centauro, p. 91-100, 2013.

HURLEY, C., Personal Papers and the Treatment of Archive Principles, em P. Biskup

et al. (ed.), *Debates and Discourses: Selected Australian Writings on Archival Theory*, Canberra, Australian Society of Archivists, 1995, p. 149 apud. HOBBS, Catherine. *Vislumbrando o pessoal: reconstruindo traços de vida individual*. In: EASTWOOD, Terry e MACNEAL, Heather (organizadores). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2016.

JIMERSON, Randall. *Archives for All: Professional Responsibility and Social Justice*. **The American Archivist**, vol. 70, no. 2, p. 252–281, 2007.

LOBOSCO, Flora Matela. **Série: Mulheres na História**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <martinabenassi@hotmail.com> em 03 de outubro de 2017.

LOWENTHAL, David. **The past is a foreign country**. United Kingdom: Cambridge University Press, 2006.

MEMÓRIAS REVELADAS. **Estatística**. Disponível em: <<http://base.memoriasreveladas.gov.br/mr/log/estatistica.asp>>. Acesso em: 09 out. 2017.

———. **Histórico**. Disponível em: <www.memoriasreveladas.gov.br/index.php/historico>. Acesso em: 09 out. 2017.

———. **Institucional**. Disponível em: <www.memoriasreveladas.gov.br/index.php/institucional>. Acesso em: 09 out. 2017.

MONTEIRO, Beatriz. Entrevista concedida à Martina Benassi. Rio de Janeiro, 02 out. 2017.

MOSELEY, Eva. Sources for the "New Women's History". **The American Archivist**, vol. 43, no. 2, p. 180–190, 1980.

———. *Women in Archives: Documenting the History of Women in America*. **The American Archivist**, vol. 36, no. 2, p. 215–222, 1973.

MOURA, M. A., REIS, A. S., RIBAS, C. S. C. Oralidade, mediações e *digital storytelling*: Potencialidades e a afirmação das narrativas do sujeito. In: **ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: Promovendo a inserção internacional da pesquisa brasileira em Ciência da Informação**. Salvador: PPGCI/UFBA, 2007. 1 CD-ROM.

MOURELLE, Thiago Cavaliere. **Série: Mulheres na História**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <martinabenassi@hotmail.com> em 05 de outubro de 2017.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. **Descrição e pesquisa: Reflexões em torno dos arquivos pessoais**. Rio de Janeiro: Mobile, 2012.

O QUE SÃO ARQUIVOS PESSOAIS. **CPDOC**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais>>. Acesso em 13 nov. 2017.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: Operários, mulheres e prisioneiros**. São Paulo: Editora Terra e Paz, 1992.

Projeto usa história de mulheres inspiradoras para discutir questão de gênero. Educação Integral. Disponível em: <www.org.br/experiencias/projeto-usa-historia-de-mulheres-para-discutir-questao-de-genero/>. Acesso em: 24 out. 2017.

RELPH, Anne Kimbell. **The World Center for Women's Archives**. Chicago: The University of Chicago Press. n. 3, v. 4. 1979, p. 597.

RIBEIRO, Djamilla. As diversas ondas do feminismo acadêmico. [Editora Confiança]. **Revista Carta Capital**, nov. 2014. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/escritorio-feminista/feminismo-academico-9622.html>> Acesso em: 19 ago. 2017.

ROCHA, Dora (eds.). POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5.n. 10, 1992, p. 200-212.

SCHLESINGER Library. **Radcliffe Institute for Advanced Study at Harvard University**. Disponível em: <www.radcliffe.harvard.edu/schlesinger-library>. Acesso em: 30 set. 2017.

SCHWARTZ, J. M.; COOK, T. Archives, records and power: the making of modern memory. **Archival Science**, 2002.

TEIXEIRA, N. C. R. B. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Ano 10 n. 117. jun. p. 4. 2015.

UNESCO. Representação da UNESCO no Brasil. **Programa Memória do Mundo**. 2017. Disponível em: < <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/communication-and-information/access-to-knowledge/documentary-heritage/>>. Acesso em: 03 nov. 2017.

VOSS-HUBBARD, Anke. "No Documents—No History": Mary Ritter Beard and the Early History of Women's Archives. **The American Archivist**, vol. 58, no. 1, p. 16–30, 1995.